



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 20 – nº 74 – março 2009

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

CIDADE:

LUGAR DE ENCONTRO OU EXCLUSÃO?

EDITORIAL:..... 2

ITALIANO

Tutte le megalopoli del mondo. L'inarrestabile urbanizzazione degli uomini..... 4

Belluno la più verde, ultima Frosinone 5

Carovita, boom di orti in città..... 6

Le baracche assediano le città: Roma e Parigi a rischio "favelizzazione" 7

Francia: le ragazze delle banlieues dure, violente e arrabbiate 8

PORTUGUÊS

Crescimento urbano: Desafios das metrópoles 9

Cai índice dos que saíam da cidade de São Paulo se tivessem chance..... 10

O impacto do êxodo rural..... 11

Pesquisa indica que 271 municípios gaúchos encolheram entre 2000 e 2007..... 12

Ritmo do êxodo rural cai no PR 13

Reforma agrária na China motiva êxodo rural, diz "El País" 14

ENGLISH

Growing pains a price of affluence..... 15

When the policy of discrimination fails..... 16

Amid mass migration to cities, Bolivians learn to adapt to urbanization..... 18

Rome to dismantle illegal camps..... 20

Global Demographics 2008 21

Unplanned urbanisation bane of Indian cities, says report..... 22

ESPAÑOL

Urbanização em África é causada pela pobreza..... 23

Ciudades al límite: ante los desafíos de la era urbana 23

En los barrios ricos de Madrid viven más inmigrantes que en los de Barcelona. .. 26

Anuncios de crisis aumenta la demanda de viviendas en la ciudad 27

Abandonan miles la ciudad ante crisis económica y el desempleo 28

Migración al extranjero resta población a cien municipios..... 31

EDITORIAL:

Em épocas passadas, as cidades eram os lugares onde encontrar segurança e proteção. Os espaços urbanos, cercados por fossos e muros, eram construídos para proteger os cidadãos dos *inimigos externos*, dos invasores. Hoje, ao contrário, as cidades transformaram-se, pouco a pouco, em fontes de perigos e insegurança. O pluralismo e a diversidade, que caracterizam a vida urbana, oferecem amplas e diversificadas oportunidades, mas, simultaneamente, alimentam uma constante sensação de medo e incerteza. A alteridade é, ao mesmo tempo, atrativa e ameaçadora.

Diante desta nova conjuntura, as cidades de hoje são construídas objetivando proteger cidadãos dos supostos *inimigos internos*. Multiplicam-se os que Bauman chama de “guetos voluntários”, ou seja, espaços fechados e condomínios rigorosamente vigiados para abrigar, separar e isolar determinados grupos sociais dos demais. Desta forma – pondera o sociólogo polonês – “os lares de muitas áreas urbanas de todo o mundo agora existem para proteger seus habitantes, não para integrar as pessoas com suas comunidades” (cf. *Tempos Líquidos*). As cidades são planejadas para separar, não para criar pontes; elas visam desintegrar antes que integrar.

É nesta conjuntura que se inserem as migrações. Estudos demonstram que o fenômeno migratório acompanha o processo de urbanização, sem claro, ser esta sua única causa. Difícil analisar um sem se debruçar também sobre o outro. E essa parceria vai muito além do êxodo rural. Atualmente, outros fenômenos estão ligados a essa dupla, como o movimento inverso (urbano-rural), causado pelo inchaço populacional dos centros urbanos e a conseqüente violência urbana.

No âmbito do Brasil, o processo de urbanização, intensificado em meados do século XX, foi acompanhado também por um crescente fluxo migratório de pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida. Além da tradicional migração rural-urbana, o país apresenta também intensos fluxos migratórios entre centros urbanos, sendo que geralmente áreas menos desenvolvidas ou com economia estagnada perdem mão de obra para áreas mais atrativas economicamente. Um exemplo disto foram as históricas migrações de nordestinos em direção a região sudeste, mais especificamente, para o estado de São Paulo, bem como o que está acontecendo atualmente no Rio Grande do Sul, onde estatísticas apontam que 51% dos municípios gaúchos estão assistindo uma verdadeira sangria de sua população que vai em busca de centros mais industrializados que oferecem maiores possibilidades de trabalho.

Novas modalidades desse antigo fenômeno também tem surgido, como a migração indígena para centros urbanos, que tem sido crescente nos últimos anos. Qual o significado destas migrações para estes povos, seriam as terras indígenas que não tem respondido as necessidades básicas de sobrevivência? Qual o impacto dessas mudanças nas características culturais destes povos? Como fica a questão da cidadania para os índios citadinos uma vez que todas as políticas públicas voltadas para estes povos são geograficamente determinadas, se restringindo aos territórios indígenas?

Em geral, a decisão de deixar localidades rurais ou pequenos centros urbanos para migrar para grandes cidades extrapola um anseio individual pela modernidade em detrimento ao

tradicional do rural, apesar da decisão em si ser tomada individualmente ou no seio familiar. Geralmente, os fluxos migratórios estão inseridos na atual lógica capitalista, uma vez que eles representam materialmente indivíduos que se deslocam para se inserirem na relação salarial. Questões conjunturais, como é o caso da atual crise internacional, também influenciam diretamente neste processo. Exemplificando, tem-se o caso dos imigrantes mexicanos ainda não estabilizados nos EUA que têm retornado a sua terra de origem em virtude do desemprego que afeta a economia norte-americana em tempos de recessão. Outro exemplo de influência conjuntural é a China, onde milhões de chineses tem deixado suas propriedades rurais no interior do país em busca de oportunidades na cidade em virtude da abertura econômica pela qual o país vem passando.

A presença dos migrantes nas cidades, frequentemente, alimenta um clima pluralista. Migrantes oriundos de diferentes regiões e também diferentes países contribuem para a diversidade de manifestações culturais existentes nas cidades, seja pela venda de artesanato, shows musicais ou ainda restaurantes de comida típica, centros de convivência. Na atualidade é muito difícil um migrante residente em algum centro urbano não ter referenciais de sua própria região de origem naquela localidade. É claro que a facilidade na troca de informações e difusão cultural que a tecnologia atual permite é em grande parte responsável por isso. Mas sem dúvida a presença física de conterrâneos é muito mais significativa quando falamos em sentimentos.

O pluralismo cultural urbano, incentivado pelas migrações, pode ser interpretado como uma riqueza, uma oportunidade, mas também como uma ameaça para a assim-chamada cultura ou identidade local. O diferente traz uma imprevisibilidade que alimenta medos e fobias. Além disso, a migração para os centros urbanos tem resultado em cidades com inchaço populacional que, por sua vez, apresentam um crescimento espacial desordenado e carente de infra-estrutura adequada. Além disso, problemas como falta de emprego, serviços de saúde e educação limitados deixam grande parcela da população urbana marginalizada e em situação de vulnerabilidade.

Assim, milhões de migrantes acabam ingressando em médias e grandes cidades, em busca de ascensão social, inclusão biológica – sobrevivência – e inclusão social – plena cidadania. No entanto, em centros urbanos repletos de “guetos voluntários”, esses migrantes, muitas vezes, são obrigados a preencher os espaços dos “guetos involuntários”. Nas palavras contundentes de Bauman: “para os integrantes do gueto voluntário, os outros guetos são espaços em que ‘nós não vamos’. Para integrantes dos guetos involuntários, a área na qual estão confinados (por serem excluídos de outras) é o espaço ‘do qual não temos permissão de sair’”.

Esta nova realidade traz importantes conseqüências: em primeiro lugar, as elites que vivem separadas dos demais concidadãos tendem a menosprezar o compromisso com a cidade, tida sobretudo como lugar de onde fugir, física e espiritualmente. Em segundo lugar, a formação dos guetos voluntários acaba alimentando o próprio medo da alteridade, pois é justamente o desconhecimento do outro que produz medos e estereótipos. Em outros termos, nas palavras, de Bauman, os guetos voluntários são uma “cura patogênica”, remédios que alimentam a doença, na medida em que inibem aquela arte da negociação tão necessária para a convivência com o outro.

Diante disso, surgem as perguntas: como tratar do desafio da integração, da incorporação dos migrantes sem enfrentar o tema do planejamento urbano excludente? Como promover uma cultura do encontro e do diálogo sem optar pela criação de espaços abertos e públicos que favoreçam o encontro e a interlocução de todos os habitantes urbanos? Como garantir espaços

seguros e confiáveis sem rispettare os direitos humanos fundamentais de todos os residentes? E, mais ainda, como resolver esses problemas sociais sem enfrentar a questão da “insegurança existencial” inerente a cada ser humano?

Tutte le megalopoli del mondo. L'inarrestabile urbanizzazione degli uomini

Il 2008 sarà un anno di una silenziosa svolta per la storia dell'umanità: la metà della popolazione mondiale vivrà in aree urbane, e la corsa verso le città sembra inarrestabile.

Il “World Urbanization Prospects: The 2007 Revision Population Database” del Dipartimento degli affari economici e sociali e l'Onu indica che la popolazione urbana mondiale dovrebbe praticamente raddoppiare tra il 2007 al 2050, passando da 3,1 miliardi a 6,4 miliardi.

« La crescita della popolazione è un fenomeno urbano concentrato nei Paesi in via di sviluppo » si legge nel rapporto.

Leggendo l'enorme messe di dati che analizza il fenomeno Paese per Paese la frase assume un carattere quasi drammatico: la crescita della popolazione si registrerà soprattutto nelle regioni meno sviluppate, per l'Asia entro il 2050 si prevedono addirittura un miliardo e 800 milioni di persone in più di oggi.

Nel 1950 la popolazione urbanizzata dell'intero pianeta era di 736 milioni e 796 mila persone, il miliardo veniva superato negli anni '60 e nel 1970 si era già a un miliardo 331 milioni e 783 mila, nel 2000 si era raggiunta la cifra di 2.274.554.000, nel 2005 la popolazione cittadina era di 3.164.635.000.

Secondo l'Onu questo è il futuro delle città del mondo: 3 miliardi 494 milioni e 607 mila abitanti nel 2010; 4. 209.669.000 nel 2020; 4.965.081 nel 2030; 5.708.869.000 nel 2040; 6 miliardi 398 milioni e 291 mila esseri umani urbanizzati nel 2050.

«E' imperativo che l'esplosione demografica nei Paesi in via di sviluppo sia accompagnata da netti progressi socioeconomici – ha detto durante una conferenza stampa Hania Zlotnik, direttrice della Divisione della popolazione dell'ONU – A questo fine sarà necessario che il tasso di fertilità in questi Paesi cali in maniera molto significativa».

Attualmente sono i Paesi più sviluppati (74%) e quelli dell'America latina (78%) a registrare i più alti tassi di urbanizzazione, mentre l'Africa e l'Asia sono ancora in gran parte rurali, con 6 abitanti su 10 che vivono ancora fuori dai grandi centri urbani.

Però, malgrado il suo basso tasso di urbanizzazione, in Asia vive già circa la metà della popolazione urbana, mentre nella cittadina Europa solo il 16%, e il vecchio continente si piazza al decimo posto tra le regioni del globo in cui il rapporto Onu divide il mondo.

Anche la dimensione degli agglomerati urbani presenta grandi differenze, le 19 megalopoli, cioè gli agglomerati urbani con oltre 10 milioni di abitanti si trovano soprattutto in Asia (11), seguono l'America latina (4), America del Nord (1) Africa (1) ed Europa (1). E il rapporto sottolinea che «Oltre la metà della popolazione urbana mondiale vive e continuerà a vivere in piccoli centri urbani di meno di 500.000 abitanti».

La megalopoli più abitata del mondo è quella della grande Tokyo (Tokyo-to - ku-bu, che comprende più di 87 città satellite, incluse Yokohama, Kawasaki e Chiba) che ha raggiunto i 35,7 milioni di abitanti, seguono New York-Newark, Usa, Città del Messico e Mumbai (Bombay), India (tutte e tre con 19 milioni di abitanti); São Paulo, Brasile (18,8); Delhi, India (15,9); Shanghai, Cina (15,0); Kolkata (Calcutta), India (14,8); Dacca, Bangladesh (13,5); Buenos Aires, Argentina (12,8); Los Angeles-Long Beach-Santa Ana, Usa (12,5); Karachi, Pakistan (12,1); Al-Qahirah (Il Cairo), Egitto (11,9); Rio de Janeiro, Brasile (11,7); Osaka-Kobe, Giappone (11,3); Pechino, Cina e Manila, Filippine (11,1); Mosca, Russia (10,5); Istanbul, Turchia (10,1).

Una geografia che già nel 2025 sarà già completamente sconvolta: le megalopoli del mondo diventeranno 27 e le città dei Paesi in via di sviluppo faranno un ingresso massiccio, con conseguenze sociali, politiche e ambientali difficilmente prevedibili.

In testa rimarrà la capitale giapponese Tokio con 36,4 milioni di abitanti, a seguire tre città del subcontinente indiano: Mumbai (26,4), Delhi (22,5), Dacca (22,0), poi due megalopoli latinoamericane: São Paulo (21,4) e Città del Messico (21,0). New York-Newark scenderà al settimo posto (20,6) con gli stessi abitanti di Kolkata (Calcutta), seguite da Shanghai (19,4) e Karachi, Pakistan (19,1). All'undicesimo posto ci sarà la capitale della Repubblica democratica del Congo, Kinshasa, con 16,8 milioni di abitanti, seguita da altre due città africane: Lagos, Nigeria (15,8) e il Cairo (15,6).

A seguire Manila (14,8); Pechino (14,5); Buenos Aires (13,8); Los Angeles-Long Beach-Santa Ana

(13,7); Rio de Janeiro (13,4); Jakarta, Indonesia (12,4); Istanbul (12,1); Guangzhou, Guangdong, Cina (11,8); Osaka-Kobe, Giappone (11,4); Mosca e Lahore, Pakistan (10,5); Shenzhen, Cina (10,2); Chennai (Madras), India (10,1); Parigi (10,0)

In Italia la popolazione urbana è passata dai 25 milioni e 485 mila persone del 1950 ai 39.652.000 del 2005. Nel 2010 gli italiani urbanizzati saranno 40 milioni e 354 mila, nel 2020 arriveremo a 41.558.000 e nel 2050 gli abitanti delle città italiane saranno 44 milioni e 340 mila. [TOP](#)

Fonte:

http://www.ariannaeditrice.it/articolo.php?id_articolo=17393
28.02.2008

Belluno la più verde, ultima Frosinone

Le città divorano le risorse: giù Roma, meglio Milano

ROMA - L'improvviso tracollo di Roma, lo scatto di reni di Milano, la bella conferma di Belluno, il Sud costantemente in panne, il protrarsi dell'emergenza mobilità, smog, trasporto pubblico. Queste le cinque immagini nitide che emergono dall'esame dei 125 indicatori di Ecosistema Urbano 2009, l'indagine annuale sulla sostenibilità urbana di Legambiente, Sole 24 Ore e Ambiente Italia, pubblicato sul Sole 24 Ore e presentato a Belluno. In particolare Belluno mantiene lo scettro di città regina d'Italia, guidando un pacchetto di testa che tra le prime cinque vede anche Siena, Trento, Verbania e Parma. Frosinone, ultima nella graduatoria, occupa la zona retrocessione insieme a Ragusa, Catania e Benevento. Ecco nel dettaglio lo stato di salute delle 103 città capoluogo di provincia.

CITTÀ VINCITRICE- Belluno ancora prima su 103. La città veneta ha una discreta qualità dell'aria (la media annuale delle polveri sottili scende da 26 a 23 microgrammi per metro cubo, ampiamente entro i limiti di legge); ha un'ottima raccolta differenziata (il 57,4%), una bassissima produzione di rifiuti, bassi consumi di acqua (136 litri pro-capite) ma perdite eccessive dalla rete idrica (il 36%), un trasporto pubblico sufficiente (76 viaggi a testa ogni anno), una buona dotazione di spazio per le bici (4,6 metri per abitante) e una crescita costante degli spazi interdetti alle auto.

CITTÀ IN TESTA - Siena (2/o posto) migliora l'inquinamento atmosferico, la percentuale di acque reflue depurate che arriva al 95%, aumenta i metri quadrati per abitante di superficie dedicati alle bici (dai 3,51 ai 4,51) e quelli limitati alle auto (da 30,79 mq pro capite a 30,94) e in questo caso valgono al capoluogo toscano il primo posto nella classifica di settore; Trento (3/o posto) progredisce nella raccolta differenziata (dal 47% al 50,3%); Verbania conquista il 4/o posto (era 16/a) anche grazie a significativi passi avanti nell'intero settore della mobilità urbana. Parma (5/o posto) abbatte notevolmente lo smog: le medie del PM10 calano da 40 microgrammi/mc a 36,5; l'ozono scende dai 58 giorni di superamento delle soglie dello scorso anno agli attuali 48.

MILANO E ROMA - Enormi passi indietro di Roma (dal 55/o posto scivola al 70/o) e quelli in avanti di Milano (guadagna circa 10 posizioni ed è 49/a). Le due aree metropolitane italiane erano fino allo scorso anno appaiate. Ora la netta separazione. È vero che Roma ha un inquinamento atmosferico leggermente più basso rispetto a quello del capoluogo lombardo, ma per il resto la Capitale mette in fila una serie di risultati negativi: Milano ad esempio batte Roma in raccolta differenziata (31% a 17%), per le isole pedonali, le piste ciclabili. Roma anche tra le peggiori per consumo di acqua: 238 litri per abitante al giorno.

CITTÀ A FONDO CLASSIFICA - Frosinone, ultima in classifica, ha lo stesso prodotto interno lordo procapite di Verbania che è invece tra le prime cinque, Catania (la terzultima) ha un pil procapite superiore a Campobasso (che è 63 posizioni sopra nella classifica), Catanzaro ha un reddito procapite superiore a Cagliari ma più di 15 punti in meno nella classifica. Nelle città con le più basse performance sono depurate il 70% delle acque contro una media dell'85%, la capacità di trasporto pubblico è meno della metà della media nazionale, la disponibilità di verde urbano è addirittura inferiore del 60%; la raccolta differenziata è a un

terzo della media nazionale, le zone a traffico limitato e piste ciclabili sono quasi inesistenti.

IL SUD - Netto il divario con il Nord. È Cagliari la prima città del sud e delle isole che si incontra in classifica generale conquistando il 35/o posto (era al 52/o la scorsa edizione) ma è al 5/o posto tra le grandi città. Al Sud migliora anche Caserta che si piazza al 37º posto, era al 41º lo scorso anno. Napoli è all'88/o posto e guadagna tre posizioni mentre Palermo dall'89/o posto scende alla 98/a posizione. [TOP](#)

Fonte: <http://www.corriere.it> - 23.10.2008

Carovita, boom di orti in città

Con un euro di semi 40 chili di pomodori. Quasi 600 appezzamenti regolari, ma dilagano le coltivazioni abusive degli immigrati

MILANO - Costo di un chilo di pomodori cuore di bue al supermercato: 2 euro e 98 centesimi. Ricordate il prezzo. Erminio Roveda ha 74 anni, è pensionato e coltiva al Parco Alessandrini. Sotto la calura del primo pomeriggio, mostra un altro orto, quello del suo vicino. Guardi che bei pomodori. Il vicino (racconta), un pugliese, con un euro ha comprato una busta di sementi. «Pianta e raccoglie. Arriva anche a 40 chili di cuore di bue». Se fosse andato al supermercato avrebbe pagato i pomodori a 2,98 centesimi.

Con l'orto e 1 euro, ha risparmiato almeno 120 euro. Se aggiungiamo che l'anziano pugliese coltiva anche insalate, fagiolini, zucche liguri e mantovane (le liguri sono lunghe e secche), melanzane e fave, il risparmio è davvero considerevole. Anche 50 euro al mese. La media della pensione di molti anziani non supera gli 800 euro. Renato Givadi è un altro ortista pugliese. Ha conservato le sue origini contadine. Per questo si ritrova a dare consigli da agronomo agli anziani milanesi, quasi tutti ex operai di fabbrica. Coltiva tutti e tre i tipi di pomodori: san marzano, ciliegini e cuore di bue. Pure i piselli nani e quelli borlotti. Arriva a sei chili di melanzane e 10 di fagiolini. Sempre con un solo euro di sementi. Prezzi al super: melanzane 1,39 (al chilo), ciliegino 3,50, insalata 1,89, radicchio 2,79, basilico 3,99, aglio e cipolle 1,80.

Il carovita colpisce un po' tutti. I pensionati un po' di più. Milano non è New York, la megalopoli che

registra un fenomeno sociale nuovo: la crescita degli orti metropolitani in funzione antistress o di neo coscienza biologica. Non è New York perché gli anziani milanesi s'impadroniscono in modo più o meno legale di piccoli pezzi di terra per integrare la magra pensione (erosa dall'inflazione) e spendere di meno. Quanti sono? Diverse migliaia. Tra regolari e irregolari. Solo gli orti gestiti dal Comune sono 430. Quelli dati in affitto da A2A sono 120 (100 euro l'anno). Molto difficile invece quantificare gli ortisti abusivi, anziani e immigrati, che occupano spazi demaniali. Forte è la concentrazione nelle zona Sud-est della città, dove c'è spazio e verde (a Nord ci sono i caseggiati). Preferibilmente s'installano vicino i corsi di acqua. Oppure sfruttano le possibilità che si creano attorno alle cascine.

Riccardo De Corato conosce bene la situazione per essersene occupato quando era assessore al Decoro Urbano. Dice che è stato lui a regolarizzare gli abusivi di Parco Alessandrini. Che in fondo sono utili perché diminuiscono il degrado. Ammette che non c'è un censimento. «Il disagio sociale cresce il loro numero. Ma è difficile rintracciarli e censirli. Vengono individuati solo quando c'è una segnalazione ai vigili». Di sicuro occupano per seminare peperoni e fagiolini. Ci sono irregolari in via Feltrinelli, lungo il Lambro, in via Bisceglie, in via Delle Mene, persino in via Padova. La mappa è molto più vasta. In molti casi sono (o erano) i proprietari di cascine ad affittare in nero.

Nella zona di Ronchetto delle Rane, ai confini con Rozzano, coltivatori irregolari sono stati cacciati dalle ruspe per la costruzione di nuovi quartieri. I senza terra sono migrati e si son messi a cercare altre zolle da occupare. Savio Soncini coltiva un orto da 20 anni. Fino a sei anni fa pagava l'affitto. Ora non più. Da quando la cascina a sud di Milano è stata rilevata dal Comune che gli ha dato lo sfratto. Lui è rimasto, ma i suoi vicini sono stati costretti a sloggiare. Il vuoto è durato pochissimo. La voce tra gli anziani si sparge con il tam-tam, rapidissimo. I fagioli fanno gola a tanti. Gli orti sono stati ri-occupati. Da italiani e da immigrati (filippini e cingalese). Cosa coltivano i filippini? «Non lo so,

credo le stesse cose che coltiviamo noi. Si sa che cercavano terra e sono arrivati fin qui». Luigi Fanton, veneziano, è invece orgoglioso del suo orto regolare (A2A). «Ci sono anziani che fanno fatica a pagare il canone d'affitto. Mi creda, l'orto è una risorsa importante ». Cipolle, verze e radicchio sono assicurate tutto l'hanno. Almeno per gli ortisti padani. Perché, il meridionale? «Quello va più sulla rucola e sulle fave». (Agostino Gramigna) [TOP](#)

Fonte: http://milano.corriere.it/cronache/articoli/2008/07_Luglio/10/bo_om_orti.shtml - 10.07.2008

Le baracche assediano le città: Roma e Parigi a rischio "favelizzazione"

L'Europa è a rischio di «favelizzazione». È questo l'allarme sulle possibili conseguenze della crisi economica attuale, lanciato da uno studio di un organismo delle Nazioni Unite elaborato da una ricercatrice brasiliana. Roma non si salva: i campi nomadi ormai circondano la città.

Lo ha scritto il quotidiano brasiliano Estado de S. Paulo. Secondo la ricerca, città europee come Parigi, Londra, Madrid, ma anche americane come Los Angeles, inizierebbero già ad affrontare una realtà fino a poco tempo fa impensabile nella parte ricca del mondo: la comparsa di favelas e baraccopoli nelle periferie, quasi sempre popolate da immigrati.

La crisi economica, sommata agli incessanti flussi migratori, potrebbe rendere questa situazione ancora più esplosiva: solo negli Stati Uniti la crisi dei mutui ha già lasciato due milioni di persone senza casa e altre 2,2 milioni di persone la perderanno fino alla fine del 2009.

Dati Ue mostrano che già il 16% del totale degli europei vive sotto la soglia di povertà, ha scritto il giornale. Anche se la maggior parte delle baraccopoli è concentrata nell'Europa dell'est, ormai esse sono sempre più visibili nelle periferie dei grandi e ricchi centri urbani del vecchio continente. In Francia la crisi degli immigrati è esplosa nel 2005: la Courneuve è la periferia parigina simbolo dell'abbandono e del degrado,

dove convivono 35.000 persone di 80 nazionalità diverse, e dove tre anni fa è iniziata la rivolta delle banlieue.

A Madrid invece sono sorte sempre più numerose le «chabolas»: baraccopoli nei sobborghi dove già vivono oltre 5.000 persone, alle quali potrebbero aggiungersi 180.000 nuovi senzatesto, costretti a lasciare le proprie case a causa dei debiti e dell'impossibilità di pagare i mutui. La Spagna pare essere il paese europeo più colpito dalla piaga delle favelas: l'11% di disoccupati, il più alto indice d'Europa, e il rapido deterioramento della situazione economica spagnola stanno facendo precipitare la situazione, secondo il rapporto citato dal giornale. A Roma i campi rom della periferia capitolina sono diventati centri di tensione, a partire dall'omicidio di Giovanna Reggiani a Tor di Quinto, circa un anno fa. Le cose non vanno molto meglio in Svizzera, dove vere favelas non sono ancora sorte, ma barboni e mendicanti iniziano ad essere presenti nelle vie di Ginevra e Zurigo. [TOP](#)

Fonte: http://iltempo.ilsole24ore.com/2008/10/23/942732-baracche_assediano_citta_roma_parigi_rischio_favelizzazione.shtml - 23.10.2008

Francia: le ragazze delle banlieues dure, violente e arrabbiate

Nelle periferie crescono le bande femminili. La polizia di Parigi: sono peggio dei maschi. Fra i 13 e i 16 anni, sono soprattutto nere e figlie di immigrati di prima generazione

GIAMPIERO MARTINOTTI

PARIGI - "Mettetevi nei nostri panni: quando due bande di ragazzotti si affrontano, è abbastanza facile dividerli, basta picchiarli di santa ragione e alla fine si calmano. Ma quando a battersi sono delle ragazzine? Dobbiamo pestarle come i maschi? È impossibile, ma al tempo stesso diventa più difficile mettere fine a una rissa". L'ufficiale di polizia manifesta i dubbi e lo sconcerto di fronte a un fenomeno nuovo, ancora marginale, eppure in crescita costante: la formazione di bande femminili nelle banlieues. Che come quelle maschili non esitano al confronto fisico, non solo con le mani, ma anche con cacciaviti, coltelli, mazze. Le statistiche, per quanto possano prestarsi a letture diverse, danno una consistenza a questa realtà. Certo, solo una ragazza per sei maschi è stata responsabile di violenze fisiche "gratuite" (cioè non legate a furti o altro) nel 2007, ma in cinque anni il loro numero è aumentato del 140 per cento.

Il fenomeno è preoccupante. Finora, infatti, nelle banlieues esistevano due profili radicalmente diversi a seconda del sesso. Da un lato, i maschi, più violenti, più inclini ad agire in branco, a organizzarsi in bande che controllano "il proprio territorio", abituati fin da piccoli alla baby delinquenza, allo spaccio di droga, alle bagarre. Dall'altro, le ragazze, che frequentano assiduamente le scuole (a differenza dei maschi), che studiano per crearsi una posizione, come si diceva un tempo, sfuggire alle periferie in cui sono cresciute e soprattutto a una cultura familiare che le opprime. Adesso, le cose sono un po' cambiate, non tutte le ragazze credono di poter sfuggire alla loro condizione attraverso la scuola e il lavoro.

Malgrado i francesi siano reticenti (per non dire ambigui), le ragazzine violente appartengono a un gruppo etnico ben definito: sono nere e figlie di immigrati di prima generazione. Alla base, insomma, ci sarebbe un fenomeno di sradicamento. Hanno fra i 13 e i 16 anni, cercano di avere comportamenti da maschiaccio, si vestono in maniera vistosa, pensano che mostrarsi come una "dura" sia indispensabile per imporsi nel quartiere e farsi rispettare. Ripetono insomma i

cliché maschilisti. E la loro violenza, spesso, si riversa contro le ragazzine femminili, che si vestono scollate, le "puttanelle" che cercherebbero di rimorchiare i ragazzi del loro quartiere.

L'unica grande rissa femminile finora conosciuta, svoltasi in febbraio a Chelles, nella periferia parigina, aveva infatti questo motivo: una battaglia tra una ventina di ragazzine (armate di cacciaviti e perfino di un coltello da carne proveniente dalla mensa scolastica) a causa di una banale storia di flirt tra giovani che vivono in quartieri diversi. Niente a che fare con una moderna versione dei Capuleti e Montecchi, ma piuttosto una vicenda di "branco", di delimitazione del proprio potere all'interno di un territorio.

Potere seduttivo, fisico, violento. Come fanno i maschi. Secondo lo psicanalista Didier Lureau, le ragazze "s'identificano alla violenza dei maschi sia per difendersi sia per avere un'identità positiva, che non sia quella della vittima, poiché questa posizione violenta dei maschi è quella valorizzata fra gli adolescenti delle borgate". In pratica, la violenza è l'altra risposta a una cultura maschilista, propagata dal rap, in cui le ragazze sono sottomesse e spesso trattate da prostitute. E per sottrarsi a questo cliché adottano i comportamenti maschili, come dimostra il linguaggio di una delle ragazze protagoniste della rissa di Chelles: "Mi capita spesso di picchiarmi. Se una ragazza mi guarda male, se viene dal mio settore, la sfondo, la inc...". Parole che rivelano come le femmine abbiano letteralmente ripreso il comportamento dei maschi.

Di fronte a questa violenza, i genitori sono disarmati. Quasi sempre si tratta di famiglie arrivate da poco, che già si battono per integrarsi, per far propri i valori educativi e culturali europei e che non sanno cosa fare di fronte a ragazze che sfuggono sia ai vecchi canoni africani sia ai nuovi canoni europei. E sono le madri ad affrontare da soli la situazione, visto che i mariti pensano che l'educazione dei figli, in particolare delle ragazze, riguardi esclusivamente le madri.

Del resto, alcuni membri di associazioni che lavorano nelle banlieues tendono a relativizzare il fenomeno: il problema non sarebbe tanto una crescita della violenza femminile, ma piuttosto l'età in cui le ragazzine cominciano ad avere comportamenti delinquenti. Un problema non molto diverso da quello dei maschi. Ma c'è soprattutto un elemento che sembra differenziare i due sessi: i ragazzi continuano sulla strada della

violenza e della piccola criminalità anche una volta diventati adulti. Le ragazze, invece, sarebbero violente durante l'adolescenza e poi rientrerebbero nei ranghi: verso i 18-20 anni vogliono sposarsi, avere un lavoro, fare figli. Ma il fenomeno è troppo recente per trarre conclusioni perentorie sui suoi sviluppi. [TOP](#)

Fonte: <http://www.repubblica.it/2008/04/sezioni/esteri/bulle-banlieues/bulle-banlieues/bulle-banlieues.html> - 18.04.2008

Crescimento urbano: Desafios das metrópoles

Para o demógrafo George Martine, consultor da ONU, Brasil precisa se organizar para enfrentar o crescimento urbano, que tende a piorar os problemas nas cidades grandes, como falta de moradia e trânsito caótico

A cada semana, 1,2 milhão de pessoas se mudam do campo para a cidade. Esse processo é particularmente comum na Ásia e na África, mas o modo como tem ocorrido tem aspectos negativos que deveriam ser evitados no Brasil. Por Fábio Reynol, de Campinas (SP), da Agência FAPESP

O alerta foi dado por George Martine, consultor da Organização das Nações Unidas, durante o simpósio "Crescimento urbano, populacional e meio ambiente no século 21", realizado na 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Campinas.

O sociólogo e demógrafo canadense é o autor do relatório Situação da população mundial 2007: Desencadeando o potencial do crescimento urbano, divulgado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no ano passado.

Segundo ele, a ação dos administradores públicos tem agravado o problema. Atitudes como combater a migração e negar serviços urbanos aos mais pobres geram prejuízos sociais, financeiros e ambientais.

Esses efeitos são preocupantes, uma vez que a escala dessa migração deve ser a maior de toda a história. "Espera-se que a população urbana mundial passe dos atuais 3,3 bilhões para 5 bilhões em 2030", alertou, ressaltando que o fenômeno será sentido especialmente nos países mais pobres.

O Brasil já tem alto grau de urbanização, com 80% da população em cidades, mas Martine aponta que o país ainda tem muito a aprender sobre

crescimento e planejamento urbano. Para ele, ainda é preciso derrubar alguns mitos, como o da separação entre "rural e urbano" e o de que a urbanização degrada o meio ambiente.

Revisão de conceitos

"Nenhum indicador mostra que o crescimento das cidades denigre o meio ambiente", concordou Marília Steinberger, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Para ela, trata-se de uma herança do pensamento "anticidade", que vem da década de 1970 e associa as cidades aos grandes males da sociedade.

Os próprios conceitos de cidade e campo precisam ser revistos, segundo ela. "Os conceitos registrados no Tratado das Questões Urbanas, assinado na Eco 92, foram um alerta para dizer que as questões urbanas, rurais e ambientais devem ser tratadas como uma coisa só", pontuou.

Mas não é isso que os dois especialistas têm observado. A invasão de áreas de proteção ambiental por favelas, por exemplo, está diretamente ligada à falta de atenção à população mais pobre. Na seqüência, a dificuldade que essas pessoas acabam tendo de acesso aos serviços urbanos como saúde, segurança, educação e até ao emprego só contribuem para aprofundar os problemas da cidade.

Ao ser questionado sobre o problema do trânsito nas grandes cidades, Martine citou o exemplo de Bogotá, capital da Colômbia. "Há quinze anos as ruas da cidade eram completamente paradas por causa do trânsito caótico", contou.

Uma construtora japonesa apresentou então uma solução no valor de US\$ 90 bilhões que consistia na construção de túneis e viadutos. Com um terço desse valor, porém, a prefeitura da capital preferiu um plano alternativo. Construiu ciclovias, copiou parte do modelo de transporte público de Curitiba (PR) e dificultou o acesso dos automóveis.

Com isso, a capital colombiana ganhou um trânsito que, coisa rara entre as metrópoles do

continente, é melhor hoje do que era há quinze anos. “É preciso se perguntar para quem serão feitas as mudanças. Fazer viadutos privilegiará somente os donos de automóveis e continuará a deixar a maior parte da população à pé”, disparou Martine. [TOP](#)

Fonte: <http://www.ecodebate.com.br/2008/07/21/crescimento-urbano-desafios-das-metropoles/> - 21.07.2008

Cai índice dos que sairiam da cidade de São Paulo se tivessem chance

da Folha Online

Caiu em nove pontos percentuais a quantidade de paulistanos que sairiam da cidade para viver em outro município se tivessem a oportunidade, segundo revela pesquisa Ibope realizada a pedido do Movimento Nossa São Paulo para comemorar o aniversário de 455 anos da cidade --a data será lembrada no próximo domingo (25).

No início de 2008, 55% dos entrevistados afirmaram que viveriam em outra cidade se tivessem oportunidade para isso. Na pesquisa realizada em novembro de 2008 e divulgada hoje, o índice passou a 46%.

A pesquisa tem como principal objetivo analisar a percepção que o morador tem da cidade de São Paulo. Foram entrevistados 1.512 pessoas, com 16 anos ou mais, entre os dias 18 e 29 de novembro. A margem de erro é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

As 200 questões abordam temas como segurança, saúde, educação, inclusão social e qualidade de vida em São Paulo.

Apesar de a maioria dizer que deixaria a cidade, São Paulo foi classificada como um lugar bom para se morar por 50% dos entrevistados. Os que sentem muito orgulho de morarem na capital do Estado perfazem 51% dos entrevistados.

Em relação a pesquisa feita no início de 2008, o levantamento divulgado hoje aponta um novo item, o de realização pessoal. Para 26% eles estariam mais satisfeitos se ganhassem mais dinheiro. Outros 16% se contentariam mais caso tivessem um emprego melhor e 13% gostariam de passar mais tempo com a família, saída que consideram uma forma de se sentirem mais satisfeito.

Aquilo que 21% consideram mais gostar na cidade são as oportunidades que ela oferece, seguida de 16% que afirmam ser o mercado de trabalho o que há de melhor e 13% que consideram as opções de lazer o que mais gostam.

A violência e criminalidade são as coisas que os entrevistados menos gostam, 40% e 18%, respectivamente. Em terceiro lugar vem o trânsito da cidade (12%).

O maior temor dos entrevistados é com a violência em geral (78%). Desse total, 56% tem medo de ser assaltado ou roubado, 37% teme o tráfico de drogas e 17%, sair à noite.

Ao menos 22% afirmaram que foram vítimas de alguma espécie de violência nos últimos 12 meses. A questão, quando ampliada para os parentes e amigos, mostram que 48% dos entrevistados conhecem ao menos uma pessoa que foi vítima de um ato violento.

Administração

Os entrevistados avaliam que 70% dos investimentos públicos feitos na cidade são voltados para os ricos. E 87% consideram que existe corrupção na política do município e 74% afirmaram estar totalmente insatisfeitos devido ao que consideram ineficácia das instituições públicas.

O descrédito também reflete no que eles consideram da transparência dos atos da administração municipal, pois 71% afirmaram estar totalmente insatisfeitos.

A avaliação que os paulistanos fazem dos serviços públicos demonstra que houve piora na satisfação

com o uso de creche --numa escala de 1 a 10, passou de 8,4 em janeiro de 2008 para 7,7 em novembro do mesmo ano.

Áreas como saúde também pioraram.

Deslocamento

Pela pesquisa, um morador de São Paulo gasta, em média, 1h37 do seu tempo para ir ao trabalho ou estudar. Ao longo das 24h do dia, são gastos, em média, 2h47 do tempo em deslocamentos.

Ao menos 19% afirmam que utilizam carro --próprio ou táxi-- para se locomover todos os dias. Quando esse grupo é questionado se valeria de transporte público caso tivesse uma boa opção, 44% responderam que sim, enquanto 56% informaram que não deixariam o carro mesmo se lhe fossem oferecidas boas condições em viagens de trem, metrô ou ônibus. [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u493208.shtml> - 22.01.2009

O impacto do êxodo rural

Milhares de famílias continuam a trocar as áreas rurais pelas cidades

Confrontando os dados do Censo Demográfico de 2000 com a Contagem da População, efetuada em 2007, o IBGE constatou que, naqueles sete anos, a população brasileira passou de 170 para 184 milhões de pessoas.

Os números demonstraram uma queda acelerada no ritmo do crescimento populacional. No fim da contagem, havia 3 milhões de brasileiros a menos do que nas projeções construídas a partir do Censo. Foi uma boa notícia: preocupado até agora em ampliar o número de equipamentos de educação e saúde, o país começa a ter possibilidade de concentrar investimentos na melhoria da qualidade daqueles e de outros serviços essenciais.

Se o crescimento da população do país como um todo se desacelerou, a Folha de S. Paulo, em reportagem publicada dia 7, constata que em 1.747 municípios brasileiros a população diminuiu. Esse esvaziamento de 32% da nossa rede de cidades preocupa pelo fato em si e pelas conseqüências que produzirá sobre os municípios nos quais a população vem crescendo em ritmo muito veloz.

Veja-se o caso de Sorocaba. Sua população, pelos números do IBGE, passou de 493 mil habitantes em 2000 para 559 mil em 2007, o que significa um aumento de 13%. Esse crescimento a uma taxa 62% maior que a média nacional foi ditado principalmente pelo bom desempenho da economia local, mas tem muito a ver com o esvaziamento dos municípios agrícolas.

A reportagem da Folha observa que, na Região Sul, a população caiu em 54% dos municípios do Paraná e do Rio Grande do Sul e em 37% dos municípios catarinenses. Em São Paulo, afetou 23% deles, em particular os do Vale do Ribeira, a área mais pobre do Estado. Coisa parecida provavelmente ocorreu em muitos municípios do sudoeste paulista.

Essas perdas de população estão ocorrendo por motivos que em nada se diferenciam daqueles que o demógrafo José Francisco de Camargo apontava, em 1960, em seu livro *Êxodo rural no Brasil: esvaziamento do campo pela mecanização intensiva das culturas*, processo que tende a se acelerar, nos dias de hoje, com a expansão da cultura da cana.

A contar de 1967 e 1978, sucessivos governos de São Paulo buscaram uma solução integrada para conter a expansão demográfica na Grande São Paulo e o êxodo rural no interior. Na administração de Paulo Egydio Martins (1975/1978), que deu ênfase ao fortalecimento da rede de cidades médias, o documento inicial da equipe responsável pelo programa colocou na mesa uma afirmação surpreendente: não é a cidade que atrai, é o campo que expulsa.

Trinta anos depois, milhares de famílias sem condições mínimas de inserção em atividades urbanas altamente especializadas continuam a trocar as áreas rurais pelas cidades. Não assistidas em suas áreas de origem, elas transferem às prefeituras dos municípios em que se fixam uma tarefa muito onerosa, de complexa

realização e êxito duvidoso, e tornam-se protagonistas de pungentes dramas pessoais e familiares com os quais não temos sabido lidar.

[TOP](#)

Fonte:

<http://www.tribunatp.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=119> – 14.07.2008

Pesquisa indica que 271 municípios gaúchos encolheram entre 2000 e 2007

Migração para grandes centros diminuiu drasticamente o número de moradores em algumas cidades do RS

As maternidades cederam lugar às estradas como espaço onde as transformações populacionais ocorrem no Rio Grande do Sul. O declínio do número de filhos por mulher, combinado com fenômenos maciços de transferência de população entre cidades, está redesenhando a distribuição dos gaúchos pelos pagos. Entre 2000 e 2007, pela primeira vez na história, diminuir de tamanho tornou-se a regra, e não a exceção para as regiões do Estado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 271 dos 496 municípios (55% do total) encolheram.

Em muitos casos, a redução foi dramática. Engenho Velho, exemplo da sangria de gente experimentada pelas pequenas cidades rurais do norte gaúcho, viu um quarto de seus moradores evaporar em sete anos. Ao Sul, núcleos tradicionais do Pampa, como Santana do Livramento e Alegrete, minguam ao ritmo anual de mil pessoas. A contrapartida do fenômeno é o aparecimento, no Interior, de polos que crescem a índices alucinantes – caso de Caxias do Sul, 6 mil novos moradores por ano. Para lá transferiram suas esperanças, perdidas na sua Rosário do Sul, os primos Rodrigo e Diego Fontoura.

— Aqui dá para escolher emprego — diz Rodrigo.

A disparidade se explica por um fator que assumiu força renovada na demografia do Estado: a migração. Só crescem as cidades que conseguem atrair migrantes — enquanto as que expulsam gente diminuem, por não haver mais a reposição garantida no passado pela abundância de nascimentos. O número de filhos por mulher, de 5,2 entre as gaúchas em 1950, despenca década a década.

Em 2000, estava em 2,1, taxa que ainda garantia a reposição de habitantes. Foi para 1,7 em 2005. A regra agora é importar gente ou morrer.

— Sempre houve transferência de gaúchos entre cidades, mas na última década, com o despencar das taxas de fecundidade, a migração se tornou o principal elemento de mudança populacional — analisa o economista Pedro Silveira Bandeira, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Um poucas cidades industrializadas — como Caxias, Passo Fundo e Erechim — viraram sorvedouros da população que foge de centenas de municípios em franco declínio. Os gaúchos estão se concentrando em uns poucos núcleos com oferta farta de emprego urbano — e a novidade é que eles não são mais apenas da Região Metropolitana. É uma concentração de renda e de riqueza. Enquanto o peso da população das 25 maiores cidades passou de 51,9% para 52,8% no total do Estado de 2000 a 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) destas localidades saltou de 53,4% para 59%. Municípios com economia baseada na agricultura são as vítimas.

— É um problema de desenvolvimento. Começa a faltar gente, que é o fator mais importante para ele ocorrer. As comunidades rurais estão cada vez com menos pessoas. Vai chegar um ponto em que elas desaparecerão — avalia o professor Nedio Piran, que investiga fenômenos migratórios.

A tendência de queda apareceu de forma pronunciada na Contagem Populacional de 2007, realizada pelo IBGE. No Brasil, 32% dos municípios perderam gente, na comparação com o Censo de 2000. Houve questionamentos sobre a precisão da Contagem, mas mesmo que ela tenha falhas, restam poucas dúvidas de que o Estado e o país estão em transição para um novo modelo demográfico.

As reviravoltas provocadas por essa equação populacional são o tema desta série de reportagens, que será publicada de hoje a quarta-

feira. Zero Hora mostrará como os novos movimentos estão deixando comunidades em ruínas, esvaziando de jovens municípios pequenos, transformando metrópoles em cidades-dormitório, mudando o perfil de regiões, mergulhando na solidão cidades que foram símbolo da pujança gaúcha no passado e anuviando perspectivas de futuro.

— Ficam só os velhos, sem força — diz Jairo Cima, que encerrou mandato de prefeito de Benjamin Constant do Sul, 17% de população a menos desde 2000.

No primeiro dia da série, ZH revela a nova onda migratória que, na esteira da transferência de riqueza do campo para as fábricas, inchou as cidades da Serra ao custo da desocupação do Pampa. Segundo uma estimativa baseada em dados do IBGE feita pelo economista Pedro Silveira Bandeira, os municípios serranos receberam em torno de 47 mil migrantes nesta década. No período, a Campanha e a Fronteira Oeste, os maiores fornecedores de gente do Estado, expulsaram 63 mil. [TOP](#)

FONTE: Zero Hora (Porto Alegre) 10.01. 2009

Ritmo do êxodo rural cai no PR

Em sete anos, a população urbana ficou maior do que a rural em 20 municípios. Entre 1996 e 2000, o mesmo processo havia ocorrido em 39 cidades

Foz do Iguaçu - Nos últimos 12 anos, 59 cidades paranaenses com população predominantemente rural viram o campo encolher, perdendo moradores para centros urbanos vizinhos. Apenas Diamante D'Oeste teve aumento da população rural. Mas o fluxo de migração tem reduzido ao longo dos anos. Entre 1996 e 2000, 39 municípios haviam atingido a maioria da população em área urbana. Entre 2000 e 2006, esse número caiu para 20. O Censo Agropecuário de 2006 – realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – mostra ainda que mais da metade dos municípios que perderam população rural está concentrada nas regiões Oeste, Centro e Noroeste.

Cidades cuja economia ainda gira em torno da produção agropecuária, em particular de cana-de-açúcar, são as que mais têm perdido habitantes. Segundo a coordenadora do curso de Geografia da Uniamérica, em Foz do Iguaçu, Leila Limberger, a mecanização cada vez mais intensa da agricultura ainda deve ser a grande responsável pela expulsão de moradores de propriedades rurais, levando-os a optar pela vida próxima dos grandes centros urbanos.

Ao mesmo tempo em que o uso da tecnologia reduz o número de postos de trabalho no campo, a abertura de novas frentes de produção agrícola, dentro e fora do estado, tem sido a principal responsável pela desaceleração do êxodo rural nos últimos anos.

No Paraná, a urbanização foi intensa nas décadas de 70 e 80. Na época, a população das áreas rurais, atraída pelo desenvolvimento industrial, começou a dar uma nova cara às cidades-pólo como Curitiba e região metropolitana, Londrina e Maringá. Fora do Paraná, municípios paulistas, mineiros, mato-grossenses e catarinenses também absorveram essa mão-de-obra. Atualmente estão nesta lista o Mato Grosso do Sul e o Piauí.

Em meados dos anos 90, a abertura ao comércio internacional e a necessidade de aumento do saldo agropecuário provocaram importantes mudanças no fluxo migratório interno, dando novo ânimo à produção rural e à agroindústria. “O reflexo ainda pode ser sentido, mas em menor escala. Se antes o êxodo crescia a uma proporção de 25%, hoje está em torno de 10%”, compara a especialista ao apontar para a retração no inchaço urbano.

O Censo Agropecuário indica ainda que a maioria dos municípios com o perfil populacional alterado sofreu uma significativa queda no número de habitantes. Em 2000, Alto Paraíso, Boa Esperança, Guaporema, Perobal, São Jorge do Patrocínio e São Manoel do Paraná, no Noroeste, somavam juntos quase 25,2 mil habitantes. Desses, 52,7% viviam na área rural e 47,3%, na área urbana. No ano passado, o levantamento contabilizou apenas 23,4 mil moradores, 45,4% no campo e 54,8% na cidade.

De acordo com a professora Leila, as lavouras de cana-de-açúcar dominam a paisagem daquela região e tendem a crescer e a se modernizar, dispensando mão-de-obra não qualificada. Sem alternativa, grande parte dos trabalhadores migra para cidades próximas. Alguns são absorvidos pela indústria, mas muitos, sem outra especialização que não a do trabalho no campo, incham as periferias, em favelas e ocupações irregulares.

O dinamismo econômico que chega antes às capitais e depois se espalha pelo interior é outro fator que ajuda a contextualizar e a prever o vaivém pelo estado. Como mostra pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a oferta de vagas de emprego no interior é maior. Os setores de alimento e de vestuário são os que mais crescem. "Isto pode ser observado na região de Umuarama

e Cianorte, por exemplo. Essas cidades acabaram absorvendo parte da mão-de-obra rural dispensada", completa.

Algumas pessoas, no entanto, encontram a realização pessoal e a tranquilidade financeira na contramão da corrida para os grandes centros ou municípios com latente potencial econômico. Depois de trabalhar 27 anos em uma empresa de engenharia civil, o hoje fruticultor José Aparecido Amantino, 59, aposentou-se, deixou Curitiba e voltou para Santana do Itararé, no Norte Pioneiro, onde nasceu. Satisfeito, garante que fez a melhor escolha. "Trabalho muito mais que antes, mas não troco isso aqui por nada." [TOP](#)

Fonte:

http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaacidania/conteudo_phtml?tl=1&id=756508&tit=Ritmo-do-exodo-rural-cai-no-PR
- 14.04.2008

Reforma agrária na China motiva êxodo rural, diz "El País"

Uma reforma na legislação chinesa sobre a terra deve levar pequenos agricultores a mudarem para as cidades, afirma reportagem publicada nesta sexta-feira pelo jornal espanhol "El País". A nova lei permite que os camponeses vendam, aluguem ou façam hipoteca do direito de uso das terras controladas pelo Estado.

A medida é o tema central da reunião do Comitê Central do Partido Comunista chinês, iniciada nesta quinta-feira e que termina no domingo (12).

"A medida acelerará o processo de urbanização, já que favorecerá a migração dos habitantes do campo para as cidades e promoverá a criação de grandes propriedades modernas nas zonas rurais", afirmou ao "Diário do Povo" --jornal oficial do Partido Comunista-- o pesquisador da Academia de Ciências Sociais da China, Dang Guoying, citado pelo "El País".

Segundo a reportagem, a reforma agrária tem como objetivo a modernização do campo para aumentar a produtividade. Com a mudança na regra, espera-se que os camponeses vendam o direito de uso de pequenas propriedades para grandes agricultores, que acumulariam terras para cultivo. Conforme dados oficiais colhidos pela

reportagem, os terrenos familiares tem uma superfície média de 0,67 hectares; outros estudos indicam o tamanho de 0,4 hectares.

A reforma agrária discutida pelo Comitê muda as regras estipuladas há 30 anos, quando o governo extinguiu as fazendas comunitárias e permitiu que pequenos camponeses usassem a terra por um período de 30 anos.

O risco da reforma é que as populações migrantes não encontrem condições de vida favoráveis na cidade. Analistas apontam que o governo deve ampliar o acesso ao registro de residência, conhecido como "hukou". Sem ele, os novos moradores da cidade não teriam acesso a serviços básicos, como educação para os filhos. Atualmente, 56% da população chinesa (cerca de 750 milhões de pessoas) vivem no campo.

O objetivo do presidente chinês, Hu Jintao, é reduzir a desigualdade entre as zonas urbanas e rurais, que aumentou nos últimos 30 anos de pleno desenvolvimento industrial da China. [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u454695.shtml>
- 10.10.2008

Growing pains a price of affluence

THE fact that Melbourne is growing at a record rate is not big news to Melburnians.

After more than a decade of our city adding barely 40,000 residents a year we are now attracting 62,000.

Part of this growth is because of higher birth rates but it is also caused by higher levels of overseas migration and less interstate migration.

Or, more bluntly, there are 457 more visas arriving via Tullamarine airport and fewer locals drifting north.

There has also been strong growth in the city's overseas student population. Between the 2001 and 2006 censuses Melbourne added 273,000 residents including 21,000 Indians, 19,000 Chinese and 6000 Malaysians.

Recent figures published at state level lead me to conclude the city is right now tracking annual growth of 65,000 or a whopping 1.8 per cent.

Sure, other population centres, such as the Gold Coast, grow faster but that's off a much smaller population base (about 500,000).

All this background is important to understanding why some Melburnians might feel a tad put upon by the consequences of population growth - more traffic as well as a heightened demand for urban infrastructure.

A good comparison between an 'endless growth' city and 'liveable' city is Los Angeles vs San Francisco.

That is, high crime, endless racial conflicts, massive underc...

We need to slow things down to a more reasonable pace," is the thinking of some.

This raises the question of whether Melbourne really is growing "too fast" or whether this is nothing but a bit of a whinge by the locals: after all, less money spent on the urban fringe means more money injected into other "more worthy" projects.

There is another view: urban growth provides jobs, delivers critical mass, builds generational prosperity.

Imagine if the residents of the Marvellous Melbourne era (in the 1880s) had complained about too much growth in a decade when the size of this city almost doubled. Prahran did double in this decade; it was the Melton of its era.

If Melbourne had not been propelled forth by this frenzied decade of population growth then our city would never have challenged Sydney for economic and cultural supremacy of the Australian continent.

Melbourne would not have had the critical mass to attract or support businesses whose successors remain important to our prosperity today.

BHP moved out of Broken Hill in the 1880s not to go to Sydney, the local state capital. Or to go to Adelaide, the nearest state capital.

Instead BHP chose to relocate to Melbourne because our city was then the biggest and the most important in Australia.

What has been the net economic contribution over 100 years to Melbourne of having BHP (now with Billiton) headquartered in this city?

To what extent was BHP's affiliation with Melbourne a factor in attracting the predecessor firms of other mining companies such as Rio Tinto to Melbourne?

And how about NAB, ANZ, Foster's, Myer and Coles? These are all important Melbourne businesses that were initially attracted to or evolved within our city because of its critical mass.

These businesses are here because of the number of people this market could offer relative to other cities.

The reason Melbourne won the right to host the seat of the Australian parliament between 1901 and 1928 was because our city was equal to Sydney in size.

And it was Melbourne's critical mass that allowed this city to share in the institutional spoils of the new commonwealth: Sydney got the Commonwealth Bank; we got the PMG (the Postmaster General's department, now Australia Post).

And out of the PMG came the telecommunications behemoth Telecom and then Telstra.

All headquartered here. All giving generations of Melburnians job opportunities on a scale that smaller Australian cities can only dream of.

And where did all this start?

More than 100 years ago during an era of fast population growth.

However Melbourne's reliance on population growth to pique prosperity is not limited to the 19th century. In every year between 1950 and 1970 Melbourne increased its population base by no less than 2.5 per cent.

If that growth rate were to be applied to our population base today it would convert to 95,000 residents.

I have a question to ask Melburnians.

How is it that previous generations managed to (eventually) deliver urban infrastructure to support population growth at 2.5 per cent a year, but we struggle with 1.6 per cent?

Part of the answer I suspect is that previous generations were prepared to go without, whereas we are not.

Modest rates of population growth may well be a good for the present generation of Melburnians but I question whether this isn't going to have longer term repercussions.

Global migrants will ultimately add their critical mass, their energy and their tax-paying capacity to another world city.

This would leave Melbourne in the future a very well managed and pleasant city that is pre-eminently "liveable" but perhaps not the sort of place capable of generating new business opportunities created by the unique combination of critical mass and the energetic contribution of migrants. [TOP](#)

Fonte: <http://www.news.com.au/story/0,,24167003-5007146.00.html> – 12.08.08

When the policy of discrimination fails

Last Yom Kippur, the city of Acre was an exploding tinderbox. Riots sparked by nationalism shook the seaside city and property was damaged throughout.

Over in the Upper Nazareth, reports have been streaming in of racist incidents against Arabs. Moving onto Carmiel, a tender for the sale of 300 apartments in the city was canceled, because most of the people signing up were Arabs.

Afula, Maalot and Be'er Sheva are all contending with the trend of Arabs moving into cities. The trend calls for a rethinking of the issues facing mixed cities in Israel, a complex and explosive problem that the planning authorities have utterly failed to handle.

For years, the planning authorities had tried to balance the growing Arab populations in Israel's cities, with growing populations of Jews. This was done by building new neighborhoods for security personnel, for example.

These new neighborhoods, which aimed to bring in established Jewish populations, were the remnant of an anachronistic policy that aimed to preserve

the Jewish identity of the cities. What policymakers never did was contend with the real problem - the absence of long-term planning for the Arab sector.

"There is no acknowledgement of the fact that the mixed cities are actually mixed, and shared," says Rassam Khamaisi, professor of geography at the University of Haifa and president of the Israel Geographical Association. The underlying concept is to make these cities "more Jewish," as though the Arab communities were mere appendages, he elaborates.

The entry of Arab populations to upper Nazareth is not a threat: It falls into the category of middle-class mobility, he says. Despite the number of people who have moved into the city, there's still an argument about whether to give that population a primary school, Khamaisi adds.

The process of urbanization brings Arab populations nearer to central Israel, but national planning policy doesn't offer solutions for their housing, Khamaisi says. The upshot is distress and tension.

Haim Yacobi, an architect from the Politics and Government faculty at Ben-Gurion University of the

Negev, has written about Israel's mixed cities - his book will be coming out shortly (in Hebrew). In his view, the problem begins with the definition of a city as "mixed."

"My research focused on mixed cities inside the Green Line, mainly on processes in Lod from the time of the [British] mandate until the 2000s," Yacobi says. "The emphasis was on planning and its influence on ethnic relations in the city. One of the claims is that the term 'mixed cities' was awkward, because in fact all cities are mixed - it's always a heterogenic space, not homogenous. In Israel, the issue of mixed cities is interesting, because the political and Zionist concept is that space is homogenous, and through Judaification of space, there was an attempt to create homogenous spaces."

Arab populations suffer from this discrimination at both the urban level and the national level, says Khamaisi. "The Jewish population objects to the drift of Arab populations into Jewish areas, but the Arab population is growing and there are no solutions for it. The reality is that space is mixed, but planning doesn't afford the Arab population opportunities to develop."

Arab towns in Israel's rural space suffer from a shortage of areas for future growth and development. Take Sakhnin, which borders on the Misgav regional council: It has difficulty obtaining permits to increase its area, to handle the natural growth of its population.

Nimrod Luz, cultural geographer and lecturer at the Western Galilee College and at the Max Stern Academic College of Emek Yezreel, studied the struggle over land between Misgav and Sakhnin as a test case of the planning dialog between the majority and minority in Israel.

"In 2004-2005, the Interior Ministry set up an inquiry that looked at the border between the city of Sakhnin and the Misgav regional council," he says. "The committee's conclusions included the transfer of 1,700 dunams from Misgav to Sakhnin." But nothing has been done since the conclusions were delivered in 2005, he says.

The result would seem to be illegal construction. In a study appearing in the emergency report following riots in October 2000, Luz wrote: "Protracted discrimination over the years is constantly gnawing at the basis of legitimization of the ruling authorities in Israel in the eyes of the

Arab population, and contributes to a norm of law-breaking with respect to planning and construction.

"Land is the main lever for a town's development and growth," Luz continued. "The existence or absence of land available for planning directly affects the quality of life and lifestyle of residents, and their ability to realize their ambitions in social, economic and personal areas."

One understands that when a city such as Sakhnin doesn't receive lands for development, a moment inevitably comes when the population has to find other housing solutions - which results in migration to cities such as Carmiel or Upper Nazareth.

Israel's veteran mixed cities, such as Acre and Lod, arose without planning, says Yacobi. During the 1980s, the authorities began to understand that the demographic balance in these cities was changing in favor of the Arabs.

"The tool of planning is the most effective tool to create a homogenous Jewish space," he says. "When it turned out that the demographic balance wasn't being maintained in these cities, the state started to use the planning mechanism in a discriminatory fashion: It developed the Jewish space and encouraged the Arabs to leave."

And when the Arab population realized what was happening, it began to build illegally, Yacobi explains. "It began as a means to survive, and later took on a political character, with a dimension of protest: 'We are here whether you like it or not, because we have nowhere else to go.'"

The planning policy in these cities, which tried to "correct" the demographic balance, wound up creating a social patchwork. These cities have neighborhoods in which a kind of ghetto of people from the former Soviet states has been created, or a population of Arabs who feel discriminated against, or veteran Jewish populations who don't have the means to move elsewhere.

In Yacobi's opinion, the lesson is that discriminatory policy can't work: all it does is create social trouble.

"The main solution is to acknowledge that these cities are shared, at the urban and national level," urges Khamaisi. "At the level of planning, neighborhoods should be planned that allow mobility of the Arab population into the towns, and provide solutions for the middle classes. The Arab

population should become part of the familiar, legitimate landscape.

Multi-culturalism has to be acknowledged and the concept that the Jewish population comes first, creating alienation, has to be abolished.

Proper planning based on true study of the facts can improve the situation of the people in these cities, and mainly, reduce friction. "There is no choice," says Khamaisi. "The state has both Arab and Jewish populations, and the tools to create development for both populations have to be found.

"I believe that fiery, racist dialog does not contribute to either the Jewish or Arab population. A dialog of legitimacy and positivism needs to be created, which could advance development on both sides that would help at the regional and local levels. It is important to build infrastructure for life together, and for opportunities. A weak population is a recipe for collision, and strengthening the population strengthens the city.

Yacobi chooses to be optimistic. In his opinion, mixed cities have a healthy potential for Israeli society, as long as that policy creates equal opportunities and is not discriminatory. In contrast to the rural areas, where tensions between Arabs and Jews arise over land and the opportunity to advance, and are therefore more explosive, in the mixed cities the two people already live side by side, sometimes for decades.

"I believe that instead of looking at this as a problem, we should look at the potential," Yacobi advises. "If Arabs are happy in the mixed cities, Jews will be, too, and then we'll have cities with strong populations. Equitable planning policy will turn these cities into normal ones with a flourishing bourgeoisie, like in other cities that aren't called mixed. Anybody who thinks that's utopian should look at the reality and see that discriminatory policy has failed. Now we have to give another policy a chance." [TOP](#)

Fonte: <http://www.haaretz.com/hasen/spages/1067932.html> - 02.03.09

Amid mass migration to cities, Bolivians learn to adapt to urbanization

Latin America and the Caribbean – where 78 percent of residents live in cities – is the world's most urbanized developing region.

Sitting at 13,000 feet, the sun scorches every corner of this city, sprawled out on a plateau above La Paz. The roads teem with minivans letting out gusts of exhaust, choking already thin air. Bus drivers holler out routes, vendors barter, drivers honk horns – making for dizzying chaos.

Yet El Alto does lure. Thousands land on its doorstep each year. Today over 90 percent of its largely indigenous population comes from somewhere else – mostly the countryside.

If any city in the world is a migrant's city, it is this city, which is why it is a showcase of the future. According to the United Nations, more than half the world's population is now living in cities for the first time in history, as people move for jobs, education, and better services. By 2050, 70 percent of the world's population is expected to be urbanized.

This demographic shift poses challenges: creating new slums, overwhelming governments, and placing new demands on land and water. But most

observers say the gloom-and-doom scenarios of the 1980s and '90s, in which cities were predicted to collapse and, as one expert put it, resemble the set of the darkly futuristic movie "Blade Runner," have given way to a sense of optimism. Governments, NGOs, and the migrants themselves, they say, are showing resilience in adapting to a more urbanized world.

"The cities are more crowded than ever. The problems are probably worse today.... But there is less of a sense of hopelessness now," says Robert Engelman, vice president for programs at the Worldwatch Institute in Washington, D.C. and author of "More: Population, Nature, and What Women Want."

"There has not been a passive response. There are innovative ways that people have learned how to deal with the problems."

On a recent day, a group of indigenous women participated in a workshop to develop leadership skills – a crucial component to one day becoming

business owners, says CARE, the Atlanta-based NGO, which, among other things, helps poor women set up micro-businesses. All these women moved to El Alto – some from the highlands, some from the high plains – for a better life. Some relocated recently, others more than 20 years ago. Like most migrants here, their economic status is precarious. Many work as domestic servants or sell items such as soap or socks on street corners.

"The hardest thing is that you get here and everything requires money," says Isabel Aduviri, who is forming a macramé business with other women in this group. Her family of four makes ends meet because her mother still owns land in the countryside and shares the produce. But it was a trade-off she was willing to make. "In the countryside there is nothing," she says.

Latin America and the Caribbean is the world's most urbanized developing region, with 78 percent of residents living in cities. In Bolivia, the urban population grew by a million – from roughly 5 million to 6 million residents – from 1999 to 2006, according to the latest numbers from the national statistics office.

Most move for jobs, like Teodocio Mamani did recently. The farmer who worked the shores of Lake Titicaca his whole life relocated to El Alto and now works nights as a security guard. "We just couldn't make it anymore," he says, looking out at his new neighborhood, where houses under construction are sprawled out across the plains, with the Andes in the background.

But this search for employment challenges cities. Elias Troche, head of economic development for El Alto's municipal government, says they run employment programs for youths – giving them internships to work in the factories that draw so many migrants. "We try to give them hope. But there is a lot we cannot address," he says. When jobs are scarce, violence ensues. "A new migrant comes and it's one more unemployment figure."

Yet Hania Zlotnik, the director of the UN Population Division, says that even if some migrants end up in urban poverty, they tend to be better off in cities than the countryside. In Bolivia, for example, the percentage of those living in poverty in the cities in 2006 was 50 percent; it was over 75 percent in rural areas. "It is true that cities have underemployment and problems, but it is better than staying in rural areas where you don't have anything," says Ms. Zlotnik.

Cecilia Tacoli, a senior researcher with the International Institute for Environment and Development in London, says that governments tend to blame migration on growth of slums and violence, but she says it is misplaced. Providing services such as electricity and water is easier in urban areas than dispersed agricultural ones. And urban migrants tend to have networks of friends and family to help them. "The poorest people do not have the means to go to the city," says Ms. Tacoli.

Many NGOs have shifted their approach – moving away from trying to halt the rural exodus, says Marco Zelada, who manages programs for CARE International in Bolivia. "A few years ago we realized we cannot close our eyes. We have to focus on urban areas."

CARE opened up its first permanent office 34 months ago in El Alto, which was once a suburb of La Paz with 11,000 residents in 1950 and whose population is set to surpass that of the administrative capital. Since CARE opened its office here, says Gustavo Garcia, who heads the El Alto program, the city has grown from 10 to 13 districts. "People keep coming."

Many of those coming are women. In Latin America there is a long tradition of more women moving to cities than men, says Ms. Zlotnik. In Bolivia, while census numbers in El Alto reveal an almost equal ratio of women to men, women tend to migrate more permanently, while men migrate seasonally. Women are also more visible, says Mr. Garcia – holding the majority of jobs on street corners while men tend to work in construction.

This has given women a chance to find their voices. "Migration can empower women," says Norah Quispe, who runs a program to promote gender equality for the organization Gregoria Apaza in El Alto. She says that women migrants are vulnerable, but living in cities gives them access to civic roles they would not have in the countryside.

Yet migration can also challenge networks. "There is something we've lost. There is more money here, but the life isn't as healthy," says Feliza Calle Blanco, who sells sports clothing with the aid of Pro Mujer, a microfinance and women's development network. She and other women who benefit from Pro Mujer tick off the difficulties – infidelity, violence on television, alcohol. She is proud to say that her daughter is planning on

attending a university – when she herself only learned how to read in her 20s. "But there are so many drawbacks. Our kids want to imitate foreigners, and feel discrimination for being indigenous," she says. Her sentiments reflect urban malaise that parents from New York City to

Nairobi can relate to. "We used to make our own toys, now kids just want to play on the Internet."

[TOP](#)

Fonte: <http://www.csmonitor.com/2009/0212/p04s01-woam.html> - 12.02.09

Rome to dismantle illegal camps

The authorities in Rome have begun dismantling illegal camps amid an outcry over three rapes last weekend that have been blamed on immigrants.

Mayor Gianni Alemanno supervised the demolition of about 30 camps, home to many Roma, or Gypsies, from Romania.

A 14-year-old girl was raped in a park in the capital on Saturday, allegedly by two men from Eastern Europe.

Meanwhile, a government minister has said surgical castration might be the best option for those who raped minors.

"In some cases, I don't believe that rehabilitation is possible," Roberto Calderoli, the minister without portfolio for legislative simplification, told the newspaper La Stampa.

"I think that chemical castration may be insufficient and that surgical castration is the only option left," he added. "Society has to protect itself."

Vigilantes

The call by Mr Calderoli, a leading member of the anti-immigrant Northern League party, comes as the government prepares new measures aimed at dealing with both crime and illegal immigrants.

Interior Minister Roberto Maroni, his party colleague, said it would push through an emergency decree this week speeding up legislation aimed at creating "groups of unnamed citizens" in high-risk areas, who would "assist the police by bringing to their attention events which might be damaging to urban security".

The decree would also ban magistrates from releasing into house arrest those accused of crimes involving sexual violence, he said.

Critics say the measures could effectively legitimise vigilantism and xenophobia.

The Vatican has warned against anything that turns innocent foreigners into convenient scapegoats.

Police say a mob of around 20 masked men beat up four Romanians outside a kebab restaurant in Rome on Sunday in an apparent vigilante attack.

Crackdown

Investigators believe the violence is a response to a series of sex attacks in recent weeks, including the rape of the girl in Rome's Caffarella Park on Saturday.

Also at the weekend, a 21-year-old Bolivian woman was raped in Milan by a man described as North African, while in Bologna, a Tunisian who had just been released from prison was re-arrested for allegedly raping a 15-year-old girl.

While visiting Caffarella Park on Sunday, Rome's mayor said rapists had to know they would face "a definitive sentence" and that all illegal gypsy camps in the city would be dismantled.

A bill going through parliament includes a provision calling for a census of homeless people to be entered into a database held by the interior ministry. Doctors would also be allowed to report illegal immigrants to the authorities, something which is currently banned. [TOP](#)

Fonte: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7893536.stm> - 16.02.09

Global Demographics 2008: Shaping Real Estate's Future Reports Aging, Urbanization and Migration Set to Dramatically Affect Real Estate

With demographic trends driving real estate strategy, the real estate industry faces opportunities and challenges as a result of an aging global population, rapid urbanization and new migration patterns, according to *Global Demographics 2008: Shaping Real Estate's Future*, a new publication released today by the Urban Land Institute.

Sponsored in part by Deloitte LLP, the report provides insight about the effect of global demographic change on real estate through a review of critical issues, an examination of core fundamentals and an analysis of underlying factors. *Global Demographics 2008: Shaping Real Estate's Future* was authored by M. Leanne Lachman, president, Lachman Associates, LLC in New York City and Deborah L. Brett of Deborah L. Brett & Associates in Plainsboro, N. J.

"Over the next 20 years, demographic megatrends -- and their variations by continent -- present the real estate industry with tremendous opportunity to not only grow, but to better serve the people real estate is designed for," said David Jacobstein, senior advisor to Deloitte's Real Estate practice. "Mature economies -- especially growing ones -- offer attractive investment opportunities, but emerging markets require vast quantities of infrastructure, as well as residential, retail, office, and hotel properties to support their burgeoning populations."

"Working with demographics, rather than against them, reduces development risk and is likely to enhance returns," said M. Leanne Lachman, president, Lachman Associates and the report's author. "Therefore, the report's emphasis on real estate demand has broad applicability for both investors and developers."

Findings from the report include:

Aging

The aging of the world's population is arguably the single most dramatic demographic trend today, with three key trends emerging:

-- In 2006, almost 500 million people worldwide were 65 and older.

-- By 2030, individuals 65 and older are projected to increase to 1 billion -- equaling one out of every eight of the earth's inhabitants.

-- The most rapid increases in the 65-and-older population are occurring in developing countries, which will see a jump of 140 percent by 2030.

Real estate implications:

-- Retirement housing is the primary real estate beneficiary of global aging, with the U.S. senior housing industry set to benefit from the opportunity to produce new products.

-- Rapid consolidation of senior housing operators will result in more professional and cost-effective management.

-- Investor interest will continue to grow because economic cycles have little effect on dementia and nursing care facilities.

-- There is increased demand for affordable senior housing and senior housing options in ethnic communities.

Urbanization

As of 2007, 3.3 billion people -- half of the world's population -- live in urban areas. With that number expected to increase to 60 percent by 2030, five key trends are emerging:

-- One billion people live in slums, with 90 percent of this population occurring in developing countries.

-- At least 133 million city dwellers in the developing world lack durable housing.

-- Twenty percent of urban dwellers in emerging nations are overcrowded, with more than three people per bedroom.

-- Only two-thirds of the world's urban population has access to tap water, with only 46 percent having access in their homes.

-- More than 25 percent of the world's urban population lacks adequate sanitation.

Real estate implications of these urbanization trends include:

-- Investing in infrastructure -- whether new or established -- is essential to the viability of long-term commercial real estate projects.

-- Privatization of infrastructure through public/private partnerships with investment funds are becoming increasingly important, with notable examples occurring in the United States, Spain and France.

-- Better land use controls should be implemented to prevent high-density, informal communities from developing and reduce outward urban sprawl because both trends present difficulties to residents in terms of infrastructure, safety and lifestyle.

-- There is increased demand for housing and retail as a result of a growing workforce.

-- In stagnant or shrinking populations, new construction must be viewed as replacement properties -- even if that entails older building demolition to maintain vacancy rates -- as has occurred in continental Europe.

-- Emerging markets can leap from traditional, organic models to contemporary multi-use projects and residential communities if ground level infrastructure is established.

-- The lack of mortgage availability in the emerging market is the greatest limitation on new development.

Migration

Over the last 45 years, global migration grew by more than 150 percent to 200 million, with three key trends emerging:

-- Migration has shifted from the traditional south to north pattern to a flow between developing countries.

-- International migration has diversified beyond male laborers to include qualified professionals, students and female workers.

-- Increasingly, migrants gravitate towards large, urban areas.

Real estate implications of these migratory trends include:

-- Expatriate professionals demand international-quality real estate, especially in the emerging markets.

-- Migrants at all economic levels generate housing and retail demands.

-- Foreign nationals provide a mobile group of accomplished construction project managers, who move from market to market to develop both infrastructure and commercial real estate.

-- The estimated \$318 billion in global remittances from immigrants to their families support residential and retail developments in their countries of origin.

-- Immigrants provide a strong construction labor market.

Fonte: <http://www.pr-inside.com/global-demographics-2008-shaping-real-r640438.htm> - 12.06.08

Unplanned urbanisation bane of Indian cities, says report

Cities are witnessing rapid urbanisation and population concentration since economic activities are mostly concentrated in these areas. Migration from economically weaker areas serves as another cause of fast-emerging trend, which has multiple ripple effects.

According to the World Development Report 2009 on Reshaping Economic Geography, "The poor are gravitating to towns and cities, but more rapid poverty reduction will probably require a faster pace of urbanisation, not a slower one and development policy makers will need to facilitate this process, not hinder it." Since a transformation involves both the urban and the rural, strategies must include measures to improve a spectrum of

settlements secondary cities, small urban centers, towns, and villages.

Mumbai, the financial capital of India, can be seen as an example. The city has a diverse population, and this will help determine priorities for all levels of the government (central, provincial, and municipal). In rapidly urbanising areas, congestion can quickly set in and metropolitan areas may also need to address within-city divisions posed by shantytowns and slums.

The city planners of Mumbai, in the 1960s and 1970s, decided that its population should be controlled at about 7 million. Land regulations and infrastructure policies were designed accordingly.

However, people migrated into the city in search of livelihood, and today, the city is more than twice the intended size, with the highest population density of any metropolitan area in the world.

It is estimated that 54% of Mumbai's 16 million people now live in slums and another quarter in degraded apartments, lowering the permitted FSI to 1.33 in 1991.

Almost all buildings in Mumbai with an FSI exceeding 4.5, were built before 1964. Under the rules that existed until recently, new buildings, including those in the central business district, were subject to the FSI of 1.33. As a result, space consumption in Mumbai averages 4 square meters, much less than the 12 square meters in Shanghai and the more than 20 square meters in Moscow. Also, about half of its residents are huddled within 2 property taxes and inflated real estate prices for revenue.

The result is a vicious circle of supply shortages and high land prices. Mumbai slipped from the 25th place to 40th in the league table of "best cities for business" between 1995 and 1999. It remains India's premier business city it topped Chennai and Bangalore in investment in 2007 and was the top destination for domestic migrants. World Development Report 2009 questions how long it will keep this position unless it reforms its regulations and improves infrastructure.

Successful cities react to growing traffic congestion with spatially connective infrastructure, WDR 2009 points out. But preceding such infrastructure in all successful cities is a fluid land market and an empowered local government. In December 2005 Jawaharlal Nehru National Urban Renewal Mission (JNNURM) was launched to take care of rapid urbanisation of Indian cities.

Fonte: <http://in.biz.yahoo.com/090312/50/6zkrx.html> - 13.03.09

Urbanização em África é causada pela pobreza

Um relatório da UN-Habitat adverte contra graves consequências humanitárias se a pobreza não for resolvida.

Carlos Araújo, da Rádio ONU em Nova Iorque.

Un novo estudo das Nações Unidas conclui que a urbanização em África é provocada pela pobreza.

Um relatório da Centro da ONU para Assentamentos Urbanos, UN-Habitat, adverte contra graves consequências humanitárias se a pobreza não for combatida.

O "Estado das Cidades Africanas 2008" foi lançado numa conferência de imprensa na cidade chinesa de Nanjing, onde está a decorrer o quarto fórum urbano mundial.

Urbanização Acelerada

O relatório prevê a duplicação da população urbana africana até o ano 2030. Contudo, salienta que a urbanização acelerada do continente não significa necessariamente crescimento económico.

A UN-Habitat indica que os governos africanos deveriam concertar esforços para obter informações mais detalhadas as suas cidades, uma condição indispensável para o processo de tomada de decisões. [TOP](#)

Fonte: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/150719.html> 05.11.2008

Ciudades al límite: ante los desafíos de la era urbana

Megaciudades en vertiginoso crecimiento, desbordadas por la marginalidad y por una contaminación en aumento: estos escenarios podrían ser la nueva realidad en las grandes urbes del mundo

Por Lorena Oliva

Por primera vez en la historia del mundo, el mayor peso demográfico comenzó a concentrarse en las ciudades. Desde este año, punto de inflexión del que no habrá marcha atrás, más de la mitad de la población global es urbana y, si las tendencias migratorias que señalan los especialistas se verifican, a mediados de este siglo esta proporción crecerá a tres cuartas partes del total.

Pero lo que podría ser simplemente una particularidad demográfica -o incluso, una buena noticia- encendió luces de alerta en organismos internacionales como las Naciones Unidas: anclado principalmente en el tercer mundo, este fenómeno de urbanización ocurrirá en forma tan masiva y acelerada que la capacidad de respuesta que requiere excede largamente las posibilidades de muchas de las naciones que lo atravesarán.

La tendencia es irrefrenable: el crecimiento vegetativo de la población urbana actual, sumado a la migración masiva del campo a la ciudad, son las principales causas de este fenómeno que tendrá lugar principalmente en países asiáticos y africanos, aunque América latina no será ajena a esta preocupante realidad.

Porque al ritmo actual de urbanización -las estimaciones indican que las 20 ciudades que más rápido crecen recibirán en conjunto 616 personas por hora hasta 2015- no se tratará ya de ciudades con postales tan atractivas como las que pueden mostrar Nueva York o Tokio sino de urbes desbordadas, cada vez más inhabitables. En este sentido, las conclusiones de la ONU son claras: si los países afectados no comienzan a planificar su futuro, el resultado será desastroso, y los fantasmas de la violencia urbana, la contaminación, la proliferación de asentamientos precarios y la saturación habitacional, sanitaria y de infraestructura formarán parte de la vida cotidiana en sus urbes.

De acuerdo con el informe "Estado de la población mundial 2007", elaborado por la ONU, entre 2000 y 2030 la población urbana de Asia pasará de 1360 millones de personas a 2640 millones; la de Africa, de 294 millones a 742 millones, y la de América latina y el Caribe, de 394 millones a 609 millones. En todos los casos, el número de residentes en las principales ciudades prácticamente se habrá duplicado.

"Este informe forma parte de una estrategia de concientización de Naciones Unidas frente a dos realidades contrapuestas. Mientras comienza a observarse ya un crecimiento urbano acelerado, cada vez más los políticos toman actitudes hostiles hacia los nuevos pobladores, y esto, claramente, no funciona. Sólo facilita el crecimiento de asentamientos precarios, como villas y favelas", explica su autor, George Martine.

Algunas proyecciones para el caso argentino tampoco son muy alentadoras. Aunque la población urbana del país ya supera ampliamente el 75 por ciento del total, gran parte de nuestros pobladores urbanos están concentrados en el área metropolitana y el conurbano bonaerense en forma desordenada y con un acceso deficiente a los servicios básicos. Y, de acuerdo con un estudio de la organización no gubernamental Avina, en las próximas décadas se espera que esta situación se agrave, con casi la mitad de la población argentina concentrada en un cordón urbano ininterrumpido entre La Plata y Rosario.

Jorge Rodríguez Vignoli, referente del área de población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), explica que el crecimiento urbano basado en la supremacía de unas pocas ciudades por sobre el resto es propio de toda Latinoamérica, la región en vías de desarrollo con mayor crecimiento urbano hasta ahora. Ya en 2005, un 77 por ciento de la población regional se definía como urbana, mientras que el nivel de urbanización en Asia alcanzaba sólo al 40 por ciento y en Africa, al 38 por ciento. Por esta razón, en el caso latinoamericano no serán tanto las migraciones del campo a la ciudad como el crecimiento vegetativo de la población urbana el factor que agravará la situación en los próximos años o décadas. "Digamos que la proporción será de dos tercios contra uno de migración interna", explica el especialista.

Ciudad de México y San Pablo, en Brasil, son las dos ciudades latinoamericanas que integran la lista de las 20 urbes que más rápido crecerán en los próximos años. La tabla, confeccionada por The Urban Age, un programa de la London School of Economics y el Deutsche Bank dedicado al estudio de estos temas, la encabeza la ciudad nigeriana de Lagos, que según los cálculos de aquí a 2015 recibirá 58 nuevos pobladores cada

sesenta minutos. Detrás se ubican Dhaka, en Bangladesh; Mumbai, en la India; Karachi, en Paquistán, y Yakarta, en Indonesia. San Pablo se ubica en el 13º puesto (con 24 nuevos pobladores por hora) y Ciudad de México, en el 15º (con 23 migrantes nuevos residentes cada sesenta minutos).

Pero en ningún otro país las cifras de las migraciones internas son tan descomunales como en China, país que de todos modos sigue siendo predominantemente rural (el 60% vive en medios rurales). Siguiendo las tendencias globales, se calcula que unos 200 millones de campesinos chinos cambiaron la quietud rural por la promesa urbana en los últimos veinte años. Y para 2020 -es decir, a lo largo de los próximos 12 años- otros 300 millones se mudarán a las principales ciudades.

"Muchos jóvenes que viven en el sector rural chino se sienten atraídos por la bonanza en las urbes, que ha permitido, por ejemplo, que las familias conciban más de un hijo ya que sus mayores ingresos les permiten no sólo darles mejor atención sino también pagar la multa por violar la ley", explica Jorge Malena, coordinador de la carrera "Estudios sobre China contemporánea", de la Universidad del Salvador.

Pero el especialista señala una penosa ironía con respecto a esta gigantesca población migrante: "Un número considerable de quienes se dirigen del campo a las ciudades, por su nula o escasa calificación se convierten en uno de los motores de la maquinaria productiva china, ya que los bajos salarios que reciben inciden en la conocida competitividad de la producción china".

Volviendo al informe "Estado de la población mundial 2007", el estudio señala que la población urbana de Asia y Africa doblará en 2030 las cifras de 2000: un ritmo de crecimiento vertiginoso, que vendrá acompañado de otros fenómenos, positivos y negativos. "La actual concentración de pobreza con proliferación de tugurios y disturbios sociales en las ciudades crea, en verdad, un panorama amenazador", advierte el informe. "No obstante -añade-, en la era industrial ningún país ha logrado un crecimiento económico en ausencia de urbanización. Las ciudades concentran pobreza, pero también representan la mejor esperanza de escapar de ella."

La nueva ola

Este enorme aumento poblacional es considerado por los expertos como parte de una segunda ola de transiciones demográficas. La primera se vivió en Europa y América del Norte entre 1750 y 1950, cuando la combinación de la industrialización y los avances tecnológicos, entre otros factores, redundaron en sociedades predominantemente urbanas, que comenzaron a crecer en forma sostenida.

Pero esta nueva ola tiene dos diferencias sustanciales con respecto a la primera: en el pasado, la migración hacia el extranjero mitigó la presión en las ciudades europeas, algo que hoy no ocurre en esa magnitud debido a la política restrictiva que muchas naciones desarrolladas mantienen con respecto al tema migratorio. Además, los adelantos tecnológicos acentúan y magnifican la velocidad del crecimiento urbano en esta oportunidad.

Durante la primera transición, la población urbana pasó del 10 por ciento al 52 por ciento en las regiones afectadas, lo que en términos numéricos significó que de 15 millones de pobladores se pasó a 423 millones. Ahora, si bien los porcentajes son similares -la población urbana en los países en vías de desarrollo habrá pasado del 18% al 56% en el lapso de ochenta años-, las cantidades son notablemente mayores: las regiones afectadas en esta segunda ola llegarán a 2030 con unos 3900 millones de habitantes en sus ciudades, cuando en 1950 la población urbana era de 309 millones.

Es decir que, por el tremendo peso demográfico de las regiones que registrarán el mayor crecimiento, lo que ocurra en sus ciudades en las próximas décadas -su capacidad para hacer frente a la mitigación de la pobreza, la estabilización de la población y el cuidado del medio ambiente- tendrá notables efectos sobre la realidad mundial.

"Esta transformación masiva puede ser altamente positiva si los políticos y administradores cambian radicalmente sus mentalidades y se anticipan a esta situación. Si, por el contrario, los países de Africa y Asia siguen los mismos caminos que América latina, reaccionando a la urbanización después del hecho, la situación será sin duda desastrosa", vaticina Martine, también presidente de la Asociación Brasileña de Estudios de Población.

En este sentido, el director político de Greenpeace, Juan Carlos Villalonga, no parece

confiar en que este cambio de actitud en los gobernantes sea posible. "Claramente, nos encaminamos hacia una situación explosiva en términos sociales, que pondrá en crisis el sistema de infraestructura. Esto requiere de inversiones costosas, con efectos de mitigación no necesariamente inmediatos, pero el sector de la población que más crecerá es, justamente, aquel que cuenta con menos posibilidades de aportar mediante el pago de impuestos".

Villalonga menciona otro factor que, aunque no en forma determinante, también podría contribuir al éxodo masivo del campo hacia las ciudades: el cambio climático. "Si determinada economía regional se ve dañada por los efectos del cambio climático, es claro que la mayoría de los pobladores afectados terminan en las ciudades, porque allí creen tener mayores oportunidades para empezar de nuevo", explica.

Organismos como la Cepal y Naciones Unidas son coincidentes al recomendar líneas de acción para evitar que esta tremenda inyección demográfica en los países en vías de desarrollo no acabe profundizando los niveles de pobreza. El camino, en todos los casos, apunta al fortalecimiento de

las ciudades más pequeñas, así como al control de las tasas de natalidad, no mediante medidas restrictivas sino por medio de programas educativos y laborales capaces de ofrecer alternativas concretas a la población femenina.

"La urbanización es, en sí, un estímulo muy fuerte a la reducción de la fecundidad -opina Martine-. Hay pocos incentivos para una familia grande en las ciudades. La reducción de la fecundidad en el campo, sobre todo en países de gran población rural, ayudaría a reducir el crecimiento urbano, pero el hecho es que esta clase de incentivos no existen en las poblaciones rurales, sobre todo en las más pobres."

Hace doscientos años, las ciudades concentraban apenas el dos por ciento de la población mundial. Pero las notables transformaciones sociales y económicas que tuvieron lugar desde entonces instalaron en el imaginario popular la idea de que las ciudades eran la promesa de una vida mejor.

Esa misma expectativa sigue guiando los pasos de millones de personas en todo el mundo. [TOP](#)

Fonte: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=980189 - 20.01.2008

En los barrios ricos de Madrid viven más inmigrantes que en los de Barcelona.

En la Ciudad Condal se concentran en el casco antiguo, especialmente en el Raval y el Poble Sec, y en los barrios obreros de la periferia urbana.

X. Grau

Barcelona. En los últimos años, la inmigración ha cambiado el panorama urbano en las principales ciudades españolas. Pero no es igual en todos los sitios. Madrid cuenta con más inmigrantes que Barcelona, pero en la capital catalana los llegados de fuera han tenido un mayor peso en el crecimiento demográfico.

El fenómeno migratorio también ha tenido impacto en la trama urbana. El asentamiento de los inmigrantes y el acceso a la vivienda no ha seguido los mismos parámetros en las dos principales ciudades españolas. En Barcelona la inmigración ha tenido mayor impacto en el casco antiguo, especialmente en el barrio del Raval y el Poble Sec, y en los barrios periféricos de la trama urbana. Madrid ha vetado menos el acceso de los

inmigrantes a los barrios típicos de las clases altas.

Un estudio del Centro de Política del Suelo y Valoraciones de la Universidad Politécnica de Catalunya (UPC) ha analizado el impacto en las ciudades de la inmigración durante el período 2001-2007. El estudio concluye que el 77,11% del incremento de la población española en este período se debe a la inmigración y que las ciudades en las que la llegada de foráneos ha tenido mayor incidencia son Barcelona y Madrid.

Según el estudio, en Barcelona el 95,15% del crecimiento demográfico durante el período 2001-2007 lo aportaron los inmigrantes, y sólo el 4,85% la población autóctona. Se sitúa así como la ciudad española con más aportación de la inmigración a su crecimiento demográfico. En

Madrid, la inmigración aportó el 86,51% del crecimiento de la población, mientras que los nacionales aportaron el 13,49%.

Esta diferencia ha supuesto un cambio en el reparto de la población en ambas metrópolis. En 2001, Madrid y su área metropolitana tenía 5,09 millones de habitantes, de los que 4,8 millones (el 94,27%) eran españoles y 292.125 (el 5,73%) extranjeros. En aquellas fechas, el área metropolitana de Barcelona contaba con 4,38 millones de habitantes, de los que 4,21 millones (96,13%) eran españoles y 169.734 (3,87%) extranjeros.

Seis años después, en 2007, las proporciones habían cambiado radicalmente. De los 5,69 millones de habitantes del área de Madrid, 814.694 eran extranjeros, es decir, el 14,31%, frente al 85,69% de españoles. En el área de Barcelona, con 4,85 millones de habitantes, el 12,80% eran extranjeros y el 87,20% nacionales.

El estudio constata que en los últimos años ha crecido la inmigración latinoamericana, en detrimento de la europea, y en Barcelona es mayor que en Madrid los flujos procedentes de

países asiáticos y africanos. La repercusión del fenómeno en el tejido urbano ha sido desigual: en Barcelona ha habido una descentralización contenida de la población inmigrada, mientras que en Madrid ha habido una descentralización más acusada hacia las ciudades grandes y medianas del área metropolitana.

Según el estudio de la Universidad Politécnica, en Barcelona el casco antiguo concentra más inmigrantes que en Madrid (14,62% frente al 11,12%), al igual que las zonas de clases medias (47,11% frente al 16,01%).

Por el contrario, Madrid concentra más inmigrantes en los barrios de clases altas que Barcelona (18,38% frente al 4,71%). Lo mismo ocurre en las zonas de clase obrera (41,37% en el área de Madrid frente al 28,04% en la de Barcelona) y en los suburbios de vivienda unifamiliar de baja categoría social (13,12% en Madrid frente al 5,52% en Barcelona). **TOP**

Fonte: http://www.gaceta.es/20-01-2009+barrios+ricos+madrid+viven+mas+inmigrantes+que+barcelona.noticia_1img,10,10,44760 – 20.01.2009

Anuncios de crisis aumenta la demanda de viviendas en la ciudad

Los anuncios de la llegada de una fuerte crisis internacional que tuvo su desenlace en países como EEUU y Europa, pusieron en alerta a las personas en Bolivia y más específicamente en Santa Cruz que decidieron que la única seguridad que les darían a sus recursos era invertir en inmuebles o terrenos que mantuvieran su valor en caso de depreciarse la moneda.

Un caso particular se ha venido dando en la ciudad de Santa Cruz donde se tiene una alta migración del interior del país de manera sostenida, desde los principios de los años 98 y 99, donde según los datos más recientes, aproximadamente unas cuatro familias ingresan a Santa Cruz a vivir por día.

Estos datos coinciden con la alta demanda de vivienda en la ciudad superior a la que se tiene en otras ciudades del país consideradas atractivas para la migración.

El crecimiento de la mancha urbana de la ciudad cada año sale de control obligando a los técnicos de planificación a realizar nuevas perspectivas de cálculo.

Esto ha dado lugar que varias personas de distintas profesiones opten por dedicarse, al margen de ejercer sus profesiones, a la compra y venta de bienes raíces.

Los economistas le dan una buena puntuación al sector de la construcción, ya que sigue siendo "el puntal de la economía del país", como dice Teófilo Caballero, vicepresidente del colegio de Economistas de Bolivia. Afirma que lo que va a mitigar la crisis económica prevista para este año, será este sector ya que viene proyectándose desde el año 2007 cuando liderizó el crecimiento de la economía.

"En el año 2008 fue el segundo porque en primer lugar estaba la minería que contribuyó con más del 70 por ciento. Pero la construcción sigue con

ese dinamismo, porque hay recursos como el IDH del Gobierno central, de las prefecturas, de los municipios y las universidades que va a absorber un poco la crisis por el tema de la construcción”, dijo Teófilo Caballero.

Un dato negativo que señala Caballero, es que se puede advertir que para el año 2009 el sector de la construcción en el segundo semestre de este año sufrirá una desaceleración fundamentalmente en la demanda de viviendas de carácter privado, “por ejemplo, casas particulares o departamentos en condominios que en los últimos años, producto del flujo de recursos del extranjero, tuvieron alta demanda y también tuvieron una buena oferta”.

Si bien el sector sigue siendo “dinámico”, otro de los factores que afectará en este crecimiento será la disminución de las remesas desde el extranjero, fruto de la crisis económica global, hecho que se comprueba con la cadena de empresas de automotores que vienen cayendo en bancarrota en países como España, Japón o Inglaterra.

Según el vicepresidente del colegio de Economistas, los altos precios de las casas serían a causa de esta alta demanda, también explica que si bien en el ámbito público esta demanda va a seguir creciendo, en el ámbito privado, se va a desacelerar.

De periodista a empresario de bienes raíces .

Cada vez son más las personas que optan por abrir un negocio de índole inmobiliario o que provea facilidades de intermediación para personas que quieren adquirir una vivienda propia. Tal es el caso del periodista Pedro García, conocido presentador de televisión quien tiempo atrás tomó la chance de probar suerte en el negocio de las inmobiliarias. Su oportunidad se presentó después de encontrarse con un amigo de infancia, Fernando Tejerina, que venía desenvolviéndose en el rubro con buenos resultados. Luego de analizar el mercado y ver la

alta demanda de viviendas, ambos tuvieron la visión de emprender un negocio propio que brinde servicios de intermediación en la adquisición de viviendas. Unieron esfuerzos, y midieron sus habilidades y logros académicos, así es que ahora ambos administran Hoarding, una corredora inmobiliaria con proyecciones de convertirse en constructora a largo plazo.

Crecimiento poblacional

Un dato estima que cada día llegan a Santa Cruz, cinco familias desde el interior del país. Familias que buscan un lugar dónde vivir.

El alto crecimiento poblacional que viene sufriendo la ciudad es la causante del alto tráfico en las calles y aglomeración de habitantes en las zonas céntricas. Por otro lado, la ampliación de la mancha urbana crea conflictos a la oficialía mayor de Planificación que presenta conflictos en la provisión de servicios básicos.

Tal como señala Edmundo Farah Paz, encargado de la oficialía mayor de Planificación existe un problema con la gente que se dedica al negocio de la tierra y edifica urbanizaciones sin tomar en cuenta las normas y regulaciones por ley.

“Hay quienes se dedican al negocio de la tierra y son estos grandes planes de vivienda en donde dibujan la ciudad como ellos quieren, sin ni siquiera preguntarle al plan regulador ni a planificación si está o no está aprobada esa urbanización.

Dividen las calles, las parcelan, hacen un loteo en una pampa y después nos dejan a nosotros con el tema de la responsabilidad para poder llegar con los servicios.

La migración externa ha contribuido al caos de la planificación urbana”, explica Farah. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.elmundo.com.bo/Secundarianew.asp?edicion=15/02/2009&Tipo=Economia&Cod=8835> – 15.02.09

Abandonan miles la ciudad ante crisis económica y el desempleo

Cd. Juárez.-En los últimos cuatro meses se han ido de la ciudad miles de migrantes que estaban en proceso de establecerse, es decir, los que se consideraban como recién llegados, lo cual se debe al desempleo que flagela a esta frontera, dijo

Rodolfo Rubio Salas, profesor investigador de El Colegio de la Frontera Norte.

Al mismo tiempo, un dato tan sencillo como estratégico revela que miles de familias están dejando la frontera: la recolección de basura cayó

15 por ciento porque miles de casas se han quedado solas, sobre todo en fraccionamientos nuevos que hace meses estaban poblados.

Inclusive los propios ingresos del Gobierno municipal se fueron a la baja en los últimos meses de 2008, mientras que el Infonavit recogió, tan sólo el año pasado, 600 viviendas abandonadas por sus dueños que simplemente regresaron a sus ciudades de origen.

De acuerdo con información del IMSS y de la Asociación de Maquiladoras A.C. (AMAC), durante el 2008 y lo que va de 2009 se han perdido más de 62 mil puestos de trabajo en Ciudad Juárez.

Esa cantidad es adicional a los 20 mil empleados de 56 plantas afiliadas a la AMAC que se encuentran en paros técnicos.

Debido a lo anterior, el estado de Chihuahua registró la tasa de desempleo más alta de su historia, al ubicarse en 6.9 por ciento cuando en el resto del país es de 4.3 por ciento.

Rodolfo Rubio agregó que están yéndose de la ciudad principalmente las personas del sur del país que todavía no estaban bien asentadas y que no llevaban mucho tiempo residiendo aquí.

Expresó que en el mercado de trabajo local hay dos grupos bien diferenciados: la industria de maquila y la industria de la construcción.

Entonces el 85 ó 90 por ciento de los migrantes que está saliendo de la ciudad perdió su trabajo en alguno de esos dos sectores, que es en los que más se emplean, indicó.

“Son relativamente recién llegados a la ciudad y por lo tanto muchos de ellos ni siquiera habían traído a sus familias, aún estaban en un proceso de adaptación o asentamiento en la ciudad”, dijo.

Ese fenómeno se aceleró de octubre pasado a la actualidad, pero no hay forma de medirlo y se podrá cuantificar hasta que se obtengan los datos del censo de población y vivienda del 2010, indicó.

En cambio los migrantes que ya están bien establecidos, que tienen aquí a sus familias y a sus hijos estudiando, no están regresando en cantidades considerables a sus lugares de origen, agregó.

Saben que si retornan a sus ciudades van a encontrar una situación de desempleo, entonces eligen esperar aquí a que cambien las condiciones del mercado de trabajo, explicó.

Rodolfo Rubio expresó que el seguimiento que se le ha dado a la información disponible sobre migración a esta frontera, que no es mucha, revela que hay dos patrones diferentes.

Uno, en las clases medias altas hay un esquema de salidas de la ciudad mucho más relacionado con las condiciones de violencia, y la gente de ese grupo socioeconómico medio alto se está yendo a vivir a Estados Unidos, es decir, son migrantes internacionales.

Pero en las clases sociales más bajas, de media hacia abajo, la movilidad se explica por el comportamiento del mercado de trabajo, es decir, por la oferta y demanda de empleo, agregó.

A lo anterior se agrega el hecho de que la cantidad de migrantes que llegan a esta frontera con la intención de cruzar sin documentos a Estados Unidos disminuyó 60 por ciento debido a las malas condiciones del mercado laboral de ese país

Y en el mismo porcentaje se redujo el número de migrantes temporales que venían a Ciudad Juárez a trabajar en la industria de maquila y en la construcción, lo cual también se debe a la falta de empleo en las empresas locales.

El especialista informó lo anterior con base en la etapa 13 de la Encuesta sobre Migración a la Frontera Norte de México (EMIF) que se realizó de julio de 2007 a julio de 2008.

La versión del maestro investigador concuerda con una información que recientemente dio Roberto Mariscal Garibaldi, subgerente del área de Cobranza del Infonavit.

El funcionario reveló que a causa del desempleo, ahora existe “un problema bastante fuerte” pues las personas regresan a sus ciudades y no hacen el trámite para entregar la casa que acababan de comprar.

Cuando la gente va a deshabitar una vivienda debe devolverla al Instituto, éste se da por pagado del adeudo con ella, además de que el trámite es ágil y puede volver a venderse el inmueble, indica.

Expresa que tan sólo en 2008 lograron formalizar más de 600 entregas de casa de acreditados que aceptaron recurrir a la “dación en pago”.

El problema es con las personas que simplemente se van, pues se estima que ascienden a “tres veces más, por lo menos”, de las que sí devolvieron la vivienda, informa.

En todo este contexto, Jorge Ruiz, gerente general de Promotora Ambiental de la Laguna S.A. de C.V. (PASA), dijo unos días atrás que la recolección de basura cayó 15 por ciento en los últimos meses debido a la gran cantidad de personas que está saliendo de la ciudad y que abandona sus casas.

“Se nos han venido abajo las toneladas recolectadas, producto de mucha gente que ha salido de la ciudad, que simplemente ha dejado la ciudad y eso ha derivado en que el tonelaje esté bajando considerablemente”, agregó.

Expresó que cuando inició la recolección captaban mil 200 toneladas diarias en promedio, y ahora son mil 20 toneladas, es decir, 180 toneladas menos cada día, que multiplicadas por un mes hacen una cantidad importante.

Esto significa que la recolección de basura ha caído 15 por ciento en los últimos meses.

Hay fraccionamientos que fueron entregados hace pocos años y donde se daba el servicio de limpia, pero ahora, como mucha gente se fue de la ciudad, hay decenas de casas deshabitadas, dijo.

Agregó que van a las colonias y captan mucho menos tonelaje de basura, pero van a seguir prestando el servicio porque ése es el compromiso que tienen firmado con el gobierno municipal.

“No hay trabajo en la ciudad y mucha gente se ha tenido que ir por falta de empleo”, dijo.

La empresa cubre diariamente 98 rutas con 103 camiones circulando en la zona norte o sur de la ciudad, según a donde toque ir cada día, y cuenta con 436 empleados, informó.

Esta situación llevó a la empresa a negociar con sus trabajadores un cambio en el bono de productividad, lo que generó un conflicto con los empleados que llegaron a parar labores durante una hora

De acuerdo con información del tesorero municipal, Alfredo Urías Cantú, los ingresos municipales tuvieron un desplome en los últimos meses del año pasado.

La caída se dio en los renglones de rezago del Impuesto Predial, Impuesto de Traslación de Dominio, licencias de construcción, autorización

de obras de urbanización, utilización de áreas públicas, uso de suelo, colocación de anuncios y licencias para funcionamiento de negocios, levantamientos topográficos, dictámenes ecológicos, aseo y recolección de basura y en ocupación de la vía pública para estacionamiento de vehículos.

La disminución en la captación de impuestos y derechos totalizó 49 millones 472 mil 502 pesos, es decir, esto fue lo que dejó de captarse.

Informó que la mayor caída se dio en el pago de traslación de dominio, donde dejaron de percibirse 19 millones 566 mil 569 pesos, así como en las licencias de construcción cuyo déficit fue de 11 millones 992 mil 351 pesos.

Dijo que las multas, un rubro que se maneja aparte, fueron el que más cayó el año pasado, con una diferencia de 43 millones de pesos de lo que se programó en la Ley de Ingresos.

De 155 millones 561 mil 482 pesos que se esperaba recibir, se captaron 111 millones 728 mil 789 pesos, agregó.

Se demanda menos infraestructura: alcalde— La baja en la llegada de migrantes al municipio genera una disminución en la creación de infraestructura urbana, por lo que “para nosotros es bueno, porque en una etapa de crisis no se tienen los recursos suficientes para generar esa nueva infraestructura”, indicó el alcalde José Reyes Ferriz.

Agregó que con el crecimiento tan fuerte que ordinariamente registra la ciudad en tiempos normales, los habitantes recién llegados demandan espacios nuevos de vivienda, escuelas, pavimentación y áreas de crecimiento.

“Efectivamente se ha detenido de manera importante la migración hacia la ciudad”, mencionó.

Dijo que por otra parte, el freno de la migración no afecta a la ciudad porque los ciudadanos que ya habitan aquí siguen pagando sus impuestos, no se detienen esos ingresos, lo que sí sucede es que se deja de registrar una demanda de nuevos espacios. [TOP](#)

Fonte: <http://www.cdn.com.mx/?c=129&a=43134> -18.02.2009

Migración al extranjero resta población a cien municipios

Las migraciones redefinen el mapa de población local, afectan principalmente a zonas rurales y semirurales y, en general, a zonas marginadas, según el libro Panorama demográfico de Jalisco, del Consejo Estatal de Población.

Guadalajara.- Más de cien municipios en Jalisco perderán población en los siguientes años. Según datos del Consejo Estatal de Población (Coepo), dentro de 20 años habrá 107 ayuntamientos con menos gente que en 2007. Esto será una consecuencia de la migración al extranjero e, incluso, a ciudades dentro del estado que ofrecen mejor calidad de vida y oportunidades de empleo.

El Consejo Estatal de la Población (Coepo) presentó el libro Panorama demográfico de Jalisco, en el que concentra datos relevantes sobre el crecimiento, ubicación de población, migración, familia y marginación. Allí establece que la falta de trabajo, la disminución de actividades para el desarrollo en sus municipios y las condiciones de vivienda son las circunstancias principales que orillan a los jaliscienses a irse a otras ciudades o al extranjero.

El documento subraya que el fenómeno de despoblamiento de importantes zonas rurales y semirurales, más la concentración de población en las grandes urbes, es un fenómeno mundial provocado principalmente porque la agricultura dejó de ser la principal generadora de empleo.

¿A qué ciudades se van? A las cinco poblaciones que en Jalisco se definen como ciudades medias: Puerto Vallarta, Ciudad Guzmán, Lagos de Moreno, Ocotlán y Tepatlán.

De acuerdo con el libro, los municipios que concentran las tasas con mayor expulsión de población son trece, seis de ellos ubicados en la región Norte. Pero en su totalidad corresponden a demarcaciones históricamente marginadas, por razones geográficas y sociales.

Se trata de municipios ubicados entre barrancas, montañas y con accesos carreteros que llegaron apenas hace medio siglo. En este caso, los pobladores migran a Estados Unidos o al extranjero.

Otro dato importante que aparece en el texto es que siete de cada diez personas que migran al extranjero ya tienen un empleo, que aseguraron antes de salir de México.

Respecto a la distribución de habitantes, el documento reveló que 63.69 por ciento de la población en Jalisco está concentrada en el centro del estado, área que abarca a Guadalajara, su zona metropolitana y los municipios más cercanos. Sin embargo, se prevé que esta cifra se incremente hasta 71.24 por ciento en un plazo máximo de cinco años.

Tan sólo en los seis municipios de la zona metropolitana de Guadalajara, al final de 2008 se concentró 61.5 por ciento de la población total del estado (ver aparte).

El proceso de urbanización en la zona metropolitana de Guadalajara irá al alza, según señala el Panorama demográfico de Jalisco; sin embargo, también persistirá un fenómeno de alta dispersión poblacional, es decir: un alto porcentaje de localidades cuenta con una población menor a cien habitantes, lo que complica la llegada de servicios básicos y bienes a estos grupos cada vez más marginados.

Sobre el tema, el secretario general de Gobierno en el estado, Fernando Guzmán Pérez Peláez, reconoció que la cifra de falta de servicios no es baja.

Incluso, señaló uno de los datos que aparecen publicados en el libro: actualmente, 4.8 de las viviendas del estado no cuentan con un piso o techo firme.

Dijo que el estudio servirá para implementar políticas públicas que mejoren las condiciones de vida, fomenten el desarrollo en las zonas más marginadas y aseguren empleo a quienes viven en municipios con tendencia a la despoblación.

Cómo y cuándo, está por verse.

Cambios a futuro

Los municipios que experimentan actualmente la mayor dinámica de crecimiento en la ZMG son: Tlajomulco, con la tasa más alta en el periodo 2000-2005, de 10.8 por ciento; sólo entre 2007 y 2008 creció 7.5 por ciento (ver nota aparte)

Se prevé que, para 2030, Tlajomulco cuente con 688,046 personas, es decir, 438,182 personas

adicionales a 2007, y más de lo que actualmente tiene Tlaquepaque

Le sigue El Salto, con una tasa de 5.2 puntos en el mismo periodo (4.5 por ciento de 2007 a 2008), y se espera que alcance los 239,374 habitantes en 2030

Tlaquepaque creció a una velocidad de 3.1 y Zapopan a 2.5 puntos porcentuales anuales

Entre 2007 y 2030, el municipio de Guadalajara presentará una disminución de su población de 23.7 por ciento; por el contrario, Tlajomulco seguirá presentando un alto crecimiento, hasta multiplicar 2.7 veces su población de 2007

Vallarta, muy acelerado

Puerto Vallarta es uno de los municipios con dinámicas de población más particulares en el estado. En 1950 representaba 6.5 por ciento del total de la población que concentraban las cinco ciudades medias del estado, pero a partir de 2007

las desplaza literalmente a todas, para acaparar 34.5 por ciento. La estimación para 2030 es que la población de Puerto Vallarta sea 44.4 por ciento de las cinco ciudades medias del estado.

Los datos, señalados en el libro Panorama demográfico de Jalisco, revelan que Puerto Vallarta es la única ciudad media que realmente se ha convertido en un polo de desarrollo regional.

Sin embargo, no son las poblaciones aledañas a Puerto Vallarta y correspondientes a Jalisco las que se han beneficiado con el crecimiento del puerto, sino las regiones aledañas en el estado de Nayarit.

El libro plantea el reto de extender la influencia del desarrollo de Vallarta hacia los municipios jaliscienses colindantes: Tomatlán, Cabo Corrientes, San Sebastián del Oeste y Mascota.

[TOP](#)

Fonte: <http://www.milenio.com/node/171404> - 21.02.2009

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:

- Giugno 2009 - Economia: migrazioni e povertà
- Settembre 2009 – Cultura: Integrazione/interculturalità
- Novembre 2009 – Migrazioni forzate: profughi / sfollati

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Junho 2009 – Economia: migrações e pobreza
- Setembro 2009 – Cultura: Integração/interculturalidade
- Novembro 2009 – Migrações forçadas: prófugos / deslocados

Next up dates our MIGRATION REVIEW:

- June 2009 - Economy: Migrations and Poverty
- September 2009 – Culture: Integration/interculturality
- November 2009 – Forced Migration: Refugee

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Junio 2009 – Economía: migraciones y pobreza
- Septiembre 2009 – Cultura: Incorporación/interculturalidad
- Noviembre 2009 – Migraciones forzadas: prófugos / desplazados

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?